

UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
CURSO DE HISTÓRIA

Akira Tanaka da Silva Fogaça

**ANÁLISE PROSOPOGRÁFICA DOS DEPUTADOS FEDERAIS ELEITOS  
DE PASSO FUNDO/RS (1945-1985)**

Passo Fundo/RS

2020

Akira Tanaka da Silva Fogaça

**ANÁLISE PROSOPOGRÁFICA DOS DEPUTADOS FEDERAIS ELEITOS  
DE PASSO FUNDO/RS (1945-1985)**

Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de Passo Fundo como requisito parcial para a obtenção do título de Licenciado(a) em História sob a orientação do Prof. Dr. Alessandro Batistella.

Passo Fundo/RS

2020

*Dedico esse trabalho à memória de meu pai, Ivo de Lima Teixeira, que partiu de uma forma repentina, a todo o seu ensinamento dos valores morais e dos exemplos que sempre tentou mostrar ao seu filho adotivo.*

*Também dedico a minha querida amada Carla e meu filho Benício que chegou para alegrar nossa família, vocês são o meu porto seguro, amor infinito e gratidão.*

## **AGRADECIMENTO**

*Com certeza devo muito do resultado da pesquisa ao incentivo incansável do estimado Professor Alessandro Batistella por ter me orientado não só no Trabalho de Conclusão de Curso, mas sim ao longo da Faculdade, foi durante todo esse tempo de graduação uma pessoa sempre dedicada aos alunos, não só aos orientandos, mas a todos sempre deu a maior atenção, quero cultivar essa amizade, respeito e admiração por toda minha vida, muito obrigado!*

## RESUMO

A presente pesquisa tem como proposta, fazer uma análise prosopográfica dos deputados federais de Passo Fundo/RS do período de 1945 a 1985 a fim de verificar o perfil socioeconômico dos parlamentares representantes de Passo Fundo. Como fonte serão as informações constantes no banco de dados do *site* da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, Câmara dos Deputados Federais, Tribunal Superior Eleitoral, Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul, da Fundação Getúlio Vargas - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil – FGV/CPDOC e também de livros e artigos que tratam do tema. Vamos entender o que trata uma análise prosopográfica, ou método de biografias coletivas que consiste em uma investigação das características comuns de um grupo de atores na história por meio de um estudo coletivo de suas vidas. No primeiro capítulo analisa o perfil dos deputados federais eleitos por Passo Fundo no período de 1945 a 1964, um breve histórico da criação do Parlamento no Brasil até os dias atuais. No segundo capítulo será analisado o perfil dos deputados federais eleitos pelo município de Passo Fundo/RS entre os anos de 1964 a 1985. Dentro de cada ano eleitoral será apresentado os resultados das eleições para governador e deputado federal do Rio Grande do Sul e ao final de cada capítulo, serão apresentados os resultados dos políticos que se elegeram ao cargo do legislativo federal pelo município de Passo Fundo. No final será apresentada uma análise de todo o período (1945-1985) de suas características que predominaram para a população os elegerem como seus representantes.

Palavras-chave: Elite política. Disputa eleitoral. Partidos políticos. Passo Fundo.

## **LISTA DE GRÁFICOS**

Gráfico 1 – Faixa etária dos deputados federais eleitos por Passo Fundo de 1945-1964 .....	32
Gráfico 2 – Profissão dos deputados federais eleitos por Passo Fundo de 1945-1964 .....	33
Gráfico 3 – Faixa etária deputados federais eleitos por Passo Fundo de 1964 a 1985 .....	45
Gráfico 4 – Profissão dos deputados federais eleitos por Passo Fundo de 1964 a 1985 .....	46

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – eleição para deputado federal de Passo Fundo em 02 de dezembro de 1945 .....	22
Tabela 2 – eleição para governador em 19 de janeiro de 1947 .....	23
Tabela 3 – eleição para deputado federal de Passo Fundo em 03 de outubro de 1950 .....	23
Tabela 4 – eleição para governador em 03 de outubro de 1950 .....	24
Tabela 5 – eleição para deputado federal de Passo Fundo em 03 de outubro de 1954 .....	25
Tabela 6 – eleição para governador em 03 de outubro de 1954 .....	26
Tabela 7 – eleição para deputado federal de Passo Fundo em 03 de outubro de 1958 .....	26
Tabela 8 – eleição para governador em 03 de outubro de 1958 .....	27
Tabela 9 – eleição para governador em 07 de outubro de 1962 .....	28
Tabela 10 – eleição para deputado federal de Passo Fundo em 07 de outubro de 1962 .....	28
Tabela 11 – deputados federais eleitos por partido de 1945 a 1962 no Brasil .....	29
Tabela 12 – deputados federais por partidos de 1945 a 1964 no Rio Grande do Sul .....	30
Tabela 13 – deputados federais de Passo Fundo eleitos de 1945 a 1964 .....	31
Tabela 14 – faixa etária por partido deputados federais eleitos por Passo Fundo (1945-1964). 32	
Tabela 15 - profissão dos deputados federais eleitos por Passo Fundo de 1945 a 1964 .....	33
Tabela 16 – eleição para deputado federal de Passo Fundo em 15 de novembro de 1966 .....	39
Tabela 17 – eleição para deputado federal de Passo Fundo em 15 de novembro de 1970 .....	40
Tabela 18 – eleição para deputado federal de Passo Fundo em 15 de novembro de 1974 .....	41
Tabela 19 – eleição para deputado federal de Passo Fundo em 15 de novembro de 1978 .....	42
Tabela 20 – eleição para deputado federal de Passo Fundo em 15 de novembro de 1982 .....	43
Tabela 21 – eleição para governador no Rio Grande do Sul em 15 de novembro de 1982 .....	44
Tabela 22 – deputados federais eleitos por partido de 1964 a 1985 no Rio Grande do Sul .....	44
Tabela 23 - deputados federais de Passo Fundo eleitos de 1964 a 1985 .....	45
Tabela 24 - faixa etária por partido, deputados federais eleitos por Passo Fundo (1964-1985) .....	46

Tabela 25 - profissão por partidos deputados federais eleitos por Passo Fundo – 1964 a 1985 .....	47
Tabela 26 - média de idade por legislatura do período 1964 a 1985 .....	48
Tabela 27 - profissão por partidos deputados federais eleitos por Passo Fundo 1964-1985 ....	48
Tabela 28 - profissões por legislatura do período 1945 a 1985 .....	49
Tabela 29 - perfil dos deputados federais analisados no período de 1945-1985 .....	50



## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

AC – Ato Complementar

ADP – Aliança Democrática Popular

AI-2 – Ato Institucional nº 2

ARENA – Aliança Renovadora Nacional

FMP – Frente de Mobilização Popular

FPN – Frente Parlamentar Nacionalista

MDB – Movimento Democrático Brasileiro

MTR – Movimento Trabalhista Renovador

PCB – Partido Comunista Brasileiro

PDC – Partido Democrático Cristão

PDS – Partido Democrático Social

PDT – Partido Democrático Trabalhista

PFL – Partido da Frente Liberal

PL – Partido Libertador

PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PP – Partido Popular

PRL – Partido Republicano Liberal

PRP – Partido de Representação Popular

PSB – Partido Socialista Brasileiro

PSD – Partido Social Democrático

PSDA – Partido Social Democrático Autonomista

PSP – Partido Social Progressista

PT – Partido dos Trabalhadores

PTB – Partido Trabalhista Brasileiro

PTN – Partido Trabalhista Nacional

TRE RS – Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul

UDN – União Democrática Nacional

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	10
1. ANÁLISE DOS DEPUTADOS FEDERAIS ELEITOS POR PASSO FUNDO/RS NO PERÍODO DEMOCRÁTICO (1945-1964) .....	13
1.1. Breve histórico da criação do Parlamento no Brasil aos dias atuais .....	14
1.1.1 As sedes das Câmara dos Deputados, o Parlamento do Brasil .....	17
1.2. A democratização de 1945 e a organização dos partidos políticos e do pluripartidarismo .....	18
1.2.1 As eleições de 1945 e 1947 no Rio Grande do Sul .....	21
1.2.2 As eleições em 1950 no Rio Grande do Sul .....	23
1.2.3 As eleições de 1954 no Rio Grande do Sul .....	24
1.2.4 As eleições de 1958 no Rio Grande do Sul .....	26
1.2.5 As eleições de 1962 no Rio Grande do Sul .....	27
1.3 O perfil dos deputados federais de Passo Fundo na Terceira República (1945-1964) .....	29
1.4 Conclusão do capítulo .....	34
2. ANÁLISE DOS DEPUTADOS FEDERAIS ELEITOS POR PASSO FUNDO/RS (1964-1985) .....	35
2.1 A extinção do pluripartidarismo e a criação do bipartidarismo .....	35
2.2 As eleições de 1966 no Rio Grande do Sul .....	38
2.3 As eleições em 1970 no Rio Grande do Sul .....	40
2.4 As eleições de 1974 no Rio Grande do Sul .....	40
2.5 As eleições de 1978 no Rio Grande do Sul .....	42
2.6 As eleições de 1982 no Rio Grande do Sul .....	42
2.7 O perfil dos deputados federais de Passo Fundo na Ditadura Militar (1964-1985) .....	44
2.8 Conclusão do capítulo .....	47
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	49
REFERÊNCIAS .....	52

## INTRODUÇÃO

A presente pesquisa tem como proposta, fazer uma análise prosopográfica dos deputados federais de Passo Fundo/RS do período de 1945 a 1985 a fim de verificar o perfil socioeconômico dos parlamentares representantes de Passo Fundo.

As fontes de pesquisa serão as informações constantes no banco de dados do *site* da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, Câmara dos Deputados Federais, Tribunal Superior Eleitoral, Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul, da Fundação Getúlio Vargas - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil – FGV/CPDOC e também de livros e artigos que tratam do tema.

Primeiramente temos que entender o que trata uma análise prosopográfica, ou método de biografias coletivas que consiste em uma investigação das características comuns de um grupo de atores na história por meio de um estudo coletivo de suas vidas, o método empregado constitui-se em estabelecer um universo a ser estudado e então investigar um conjunto de questões uniformes, como define Stone (2011, p. 115).

Nesse contexto cabe ressaltar nas palavras de Flávio Heinz, em seu estudo *História social das elites* que a prosopografia (2011, p. 70-71):

É bem mais do que uma técnica de coleta de dados ou uma colagem de várias “histórias de vida”. É um recurso para organizar, a partir de um problema sociológico, os dados coletados de um grupo determinado e para pensar as regularidades, coincidências e especificidades que há entre os “atores” conforme os contextos históricos.

Portanto, o método da análise prosopográfica consiste em delimitar um grupo a ser estudado com a aplicação de questionamentos buscando evidenciar suas características e o que eles possuem em comum ou diferente da população em geral.

Nesse sentido para entender a função dos deputados estaduais e federais como representantes da sociedade, temos que compreender sua real representação e exercício dos seus poderes políticos, sendo eles representantes da população, externados pelo sufrágio manifestados a cada 4 anos.

Política e Poder, é quase um truísmo dizer, são indissociáveis. A Política, em sentido mais restrito, e o Poder, em sentido mais amplo, são construídos, percebidos, exercidos,

apropriados, imaginados e discursados de modos diferenciados ao longo da História (BARROS, 2009, p. 147-148).

Nas sociedades contemporâneas, a política organiza-se em torno do Estado e estrutura-se em função dele: o poder do Estado representa o grau supremo na organização política; é também o principal objeto das competições (RÉMOND, 2003, p. 20). Seus atores envolvidos nessas competições são os políticos, representantes do povo, aspirantes ao poder.

Os objetos da História Política são todos aqueles que são atravessados pela noção de “poder”. A Guerra, a Diplomacia, as Instituições, ou até mesmo a trajetória política dos indivíduos que ocuparam lugares privilegiados na organização do poder (BARROS, 2013, p. 107-108), também são objetos de estudo, englobando os atores envolvidos na presente pesquisa.

Durante muito tempo censurou-se a história política por só interessar-se pelas minorias privilegiadas e esquecer o povo, as multidões, as massas, o grande número (RÉMOND, 2003, p. 33), nesse contexto cabe lembrar que os deputados federais e deputados estaduais fazem parte da grande massa, são representantes legítimos do povo, capazes de mudar o curso das legislações vigentes de um país.

A própria história política vê-se então enriquecida pela inclusão de questões que, além de políticas, são também, ou antes de mais nada, sociais e ideológicas (FALCON, 2011, p. 105), nesse contexto podemos observar a questões de busca constante de direitos sociais pelas pressões legislativas que poderiam ser obtidas pelos representantes do povo nas câmaras estaduais e federais.

O que autoriza a classificar um trabalho historiográfico dentro da História Política é naturalmente o enfoque no “poder”, a Nova História Política que começa a se consolidar a partir dos anos 1980 passa a se interessar também pelo “poder” nas suas outras modalidades (BARROS, 2013, p. 106-107), que seriam os micropoderes presentes no cotidiano, o uso político dos sistemas de representações, ou seja podemos observar os políticos em suas legislaturas nos períodos que cumprem seus mandatos, de quatro em quatro anos.

É importante observar na presente pesquisa o seu recorte temporal (1945-1985), pois ao longo da história política do Brasil, tivemos diversas constituições e códigos eleitorais que balizaram os eleitos pelo sufrágio ou indiretamente, Jairo Nicolau (2010, p.10) divide em seis períodos: Império (1824-1889); Primeira República (1889-1930); anos 1930 e Estado Novo (1930-1945); da democratização ao golpe de 1964 (1945-1964); regime militar (1964-1985); democracia pós-1985, destes apenas dois períodos serão abordados na pesquisa.

Francisco Falcon aborda bem esse período após 1945 onde diz que:

A partir de 1945 a história política tradicional foi o alvo predileto de diversas correntes teórico-metodológicas: Annales, marxismo(s), estruturalismo(s), quantitativismo(s) etc. No entanto, é necessário não esquecer duas coisas: as novas perspectivas abertas ao estudo histórico da política e do poder e o caráter relativo do declínio da história política tradicional. [...]; quanto à relativização, necessária, da noção de “declínio”, pensamos que é possível entendê-la de duas maneiras: como dado historiográfico e como fato editorial (FALCON, 2011, p. 109).

A restauração democrática em 1945, causada muito mais por eventos internacionais que por dissensões econômicas internas graves, não produziu uma substituição radical dos grupos no poder (SOUZA, 1990, p. 64), na liderança do processo de redemocratização do país manteve-se a mesma elite política que comandava o regime deposto e com a missão de promoverem eleições nacionais e a formulação da Constituição de 1946.

Também é importante observar as funções dos deputados estaduais e federais e o que diferencia um do outro, onde exercem suas funções, qual o critério da quantidade de número de vagas por Estado a nível nacional ou por cidade/partido a nível estadual, e se qualquer pessoa pode ser candidato ao cargo do legislativo.

No primeiro capítulo trataremos em analisar os deputados federais eleitos por Passo Fundo/RS no recorte temporal de 1945-1964, dentro das particularidades do período político em suas especificidades.

No segundo capítulo vamos trabalhar com os perfis dos deputados federais eleitos por Passo Fundo/RS no recorte temporal 1964-1985, vamos comparar os padrões de resultado das eleições, que partidos eles representam, que tipo de pessoa é esse representante passofundense na Câmara dos Deputados do Congresso Nacional, ele representa os interesses do povo em sua maioria, ou representa uma pequena parcela da população, uma elite local?

A intensão da pesquisa é tentar compreender quem são esses representantes, são pessoas comuns que tiveram uma educação comum, ou são pessoas privilegiadas na questão de educação, pessoas de famílias com um certo poder aquisitivo que puderam dar um algo a mais que a maioria da população.

## **CAPÍTULO I**

### **ANÁLISE DOS DEPUTADOS FEDERAIS ELEITOS POR PASSO FUNDO/RS NO PERÍODO DEMOCRÁTICO (1945-1964)**

Este capítulo analisa o perfil dos deputados federais eleitos por Passo Fundo no período de 1945 a 1964, visto que esse recorte temporal engloba algumas particularidades da história política brasileira, principalmente a partir de 1945 com a fundação de novos partidos políticos, estabelecendo uma nova ordem em âmbito nacional nas relações de poder.

Primeiramente vou fazer um breve histórico da criação do Parlamento no Brasil até os dias atuais, tentando mostrar sua trajetória como instituição ao longo dos anos, nos diferentes períodos históricos desde a chegada da Corte Portuguesa ao Brasil, passando pela sua emancipação política do governo lusitano até a sua formação e localização a partir de 1950 sendo inaugurada em Brasília à sede definitiva do Parlamento brasileiro.

Logo, vou abordar as eleições, dentro do recorte temporal, a fim de ficar melhor a abordagem e melhor análise dos perfis dos políticos eleitos como representante perante a Câmara dos Deputados.

Será trabalhado também as disputas políticas dentro de cada ano eleitoral, onde cada ano será um tópico abordado a fim de elucidar melhor a análise dos dados, partindo dos resultados dos deputados federais eleitos por Passo Fundo.

Ao final do capítulo, serão apresentados os resultados dos políticos que se elegeram ao cargo do legislativo federal pelo município de Passo Fundo entre os anos de 1945 a 1964, sendo feita a análise de suas características que predominaram para a população os elegerem como seus representantes.

### 1.1. Breve histórico da criação do Parlamento no Brasil aos dias atuais

Para falarmos em política no Brasil, primeiro temos que identificar sua gênese, que nos remete aos tempos do colonialismo, as Ordenações<sup>1</sup> as primeiras legislações vigentes na época e a chegada da Família Real Portuguesa em 1808, transferência da Corte para o Brasil. “Entre 25 e 27 de novembro de 1807, cerca de 10 a 15 mil pessoas embarcaram em navios portugueses rumo ao Brasil. Todo um aparelho burocrático vinha para a Colônia: ministros, conselheiros, juízes da Suprema Corte, patentes do Exército e da Marinha” (FAUSTO, 2019, p. 105), creio que esse seja o fato de maior relevância que marca o início da vida política no Brasil.

Complementando esse entendimento sobre o modelo português instituído no Brasil Laima Mesgravis (2017, p.112) descreve que:

Por aqui, desde o início, o Estado português procurou ter um controle absoluto sobre a forma e objetivo sob os quais a sociedade brasileira deveria se constituir. A posição e as obrigações dos indivíduos eram determinadas por uma legislação rígida. Ao contrário da Inglaterra, onde predominava o Direito Consuetudinário (baseado nos costumes e nas decisões dos tribunais e autoridades régias), em Portugal, desde muito, as leis eram codificadas. À imitação da Espanha, em Portugal vigorava as Ordenações (Manuelinas de 1510, Filipinas de 1628). Nesse conjunto de leis, a sociedade portuguesa foi dividida entre nobres (ou pessoas com privilégios de nobreza) e peões.

Logo, a construção de uma identidade política do Estado brasileiro, inegavelmente foi agregada do modelo lusitano, baseado ainda na condição de posses, para ser considerado *homem bom* e poder participar das câmaras municipais e com isso exercer o poder local. “Esses chamados *homens bons* eram comerciantes enriquecidos, senhores de engenho e demais proprietários de terras, além de letrados e universitários (que estudavam em Portugal)” (MESGRAVIS, 2017). A partir de então podemos observar a formação das elites que teriam o poder de decisão e de traçar o rumo do Brasil.

---

<sup>1</sup> Elas surgiram após um processo de codificações de lei gerais e locais de Portugal iniciado na Idade Média (ou na Antiguidade, se levarmos em conta que sua base era o Direito Romano e o Canônico com umas tinturas do Visigótico e do Árabe). Essas Ordenações levavam o nome dos reis da época ou conforme sofriam alterações, assim era por exemplo o Código Afonsino, aprovado pelo rei D. João I em 1446, vigente até a reforma de D. Manuel feita entre 1505 e 1520, dando origem às Ordenações Manuelinas, em vigor até a reforma de Felipe II em 1595. As Ordenações Filipinas, publicadas em 1603, foram aplicadas no Brasil até a Independência (1822) (MESGRAVIS, 2017, p. 48).

No *site* da Câmara dos Deputados, traz uma linha do tempo com os fatos importantes e o marco inicial é 1808, “D. João VI. foge de Portugal para o Brasil, trazendo sua corte<sup>2</sup>”, em 19 de junho de 1822 no Rio de Janeiro, o ministro e secretário de Estado dos Negócios do Império e Estrangeiros, José Bonifácio de Andrada e Silva (SP), expede a Decisão de Governo nº 57, que "estabelece as instruções sobre o processo eleitoral dos deputados à Assembleia Geral, Constituinte e Legislativa do Brasil", considerada a primeira lei eleitoral elaborada no Brasil.

A convocação para as Cortes de Lisboa previa a participação de deputados eleitos no Reino do Brasil e em outros territórios ultramarinos. A legislação estabelecia que os deputados seriam escolhidos no âmbito das províncias (NICOLAU, 2012, p. 15), nesse sentido podemos observar as primeiras manifestações para a escolha dos representantes em solo brasileiro, mesmo que sob tutela do Império Português.

Jairo Nicolau (2012, p. 15-16) exemplifica bem sobre essas manifestações, os procedimentos para escolha desses representantes:

As primeiras escolhas aconteciam no âmbito da freguesia, em cuja Câmara Municipal os moradores (sem qualquer restrição de renda ou escolaridade) se reuniam, em um dia de domingo, para a escolha dos compromissários. O voto era anunciado verbalmente para os escrutinadores. Após a apuração, os compromissários fechavam-se em um recinto separado e elegiam o eleitor (ou eleitores) da freguesia, que deveria ter mais de 25 anos. No domingo seguinte, os eleitores de diversas freguesias se reuniam em uma determinada cidade (cabeças da comarca) para escolher os eleitores da comarca. Por fim, os eleitores de todas as comarcas da província se reuniam na capital para escolher os deputados. A escolha dos deputados era feita em público: os eleitores se aproximavam da mesa eleitoral e declarava o nome de seu candidato. Entre agosto de 1821 e maio de 1822, foram eleitos 97 deputados (inclusive suplentes) nas diversas províncias, mas apenas 53 compareceram às Cortes de Lisboa.

Dentro de um sistema político e organizado, foi a primeira manifestação de escolha de deputados para um Parlamento organizado em solo brasileiro, observamos que os eleitores também eram eleitos dentro de suas freguesias e a forma de votar era organizada e verbal, voto aberto, a fim de trazer transparência ao sistema eleitoral existente na época.

Na obra *A Evolução do Sistema Eleitoral Brasileiro*, de autoria do ilustre professor paulista, Dr. Manoel Rodrigues Ferreira, de trabalho elaborado com cuidadoso esforço de precisão histórica ele comenta que “desde o Descobrimento até 1824, data da nossa primeira Constituição política, as câmaras municipais representavam um papel importante na vida do

---

<sup>2</sup> Em novembro de 1807, tropas francesas cruzam a fronteira de Portugal com a Espanha e avançam em direção a Lisboa. O príncipe Dom João, que regia o reino desde 1792, quando sua mãe dona Maria fora declarada louca, decidiu-se, em poucos dias, pela transferência da Corte para o Brasil (FAUSTO, 2019, p. 105).



país, chegando mesmo a influir na alta política do Estado” (2001, p. 41), logo, notamos que no país já existia uma organização político-administrativa das cidades e vilas do Brasil, nos três primeiros séculos de existência, porem seguiam as Ordenações do Reino Português, o autor ainda complementa que “as eleições dos oficiais das vilas e cidades brasileiras eram feitas, como em Portugal, pelo povo, tinham liberdade de escolher os governantes locais” (2001, p. 42).

A primeira experiência parlamentar de fato totalmente brasileira foi a Assembleia Geral, Constituinte e Legislativa do Império do Brasil, instalada em 3 de maio de 1823, no Rio de Janeiro. Essa data deu origem ao Dia do Parlamento<sup>3</sup>. Embora tenha sido dissolvida, é reconhecida por historiadores como o início do Poder Legislativo no País, pois reuniu deputados eleitos para elaborar uma Constituição e dotar a nação de um novo ordenamento jurídico.

A Câmara dos Deputados foi criada pela primeira Constituição brasileira, em 1824. Imposta pelo imperador d. Pedro 1º, a Constituição do Império instituiu a Assembleia Geral Legislativa, composta pela Câmara dos Deputados, com 102 integrantes escolhidos em eleições indiretas, e pela Câmara dos Senadores, com 50 integrantes de mandato vitalício – membros da nobreza, da magistratura e do clero. Assim, o Parlamento brasileiro já nasceu com o sistema bicameral que vigora até hoje.

O fim da monarquia e a Proclamação da República, em 1889, deram origem a um Congresso Constituinte, que promulgou a primeira Constituição republicana em 1891. Esta Carta deu às Casas do Poder Legislativo os nomes que conservam até hoje: o Congresso Nacional, composto de Câmara dos Deputados e Senado.

A Constituição de 1988, a sétima do Brasil, estabeleceu a atual configuração do Poder Legislativo. O número de deputados foi fixado em 513, eleitos pelo sistema proporcional de votos para mandatos de quatro anos, sendo no mínimo 8 e no máximo 70 por unidade federativa, em totais que variam conforme a população.

---

<sup>3</sup> CÂMARA DOS DEPUTADOS. *Conheça a história da Assembleia Constituinte de 1823*. Agência Câmara de Notícias. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/546341-conheca-a-historia-da-assembleia-constituente-de-1823/>.

### 1.1.1 As sedes das Câmara dos Deputados, o Parlamento do Brasil<sup>4</sup>

O local escolhido no Império para sediar a primeira Assembleia Constituinte foi o prédio da Cadeia Velha, que estava desocupado. Foi lá que o alferes Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes, havia ficado preso durante três anos, antes de ser enforcado em 21 de abril de 1792.

Dissolvida a Constituinte, o prédio abrigou a partir de 1826 a Câmara dos Deputados. Este local foi palco de momentos históricos, como a aprovação da Lei Áurea, que aboliu a escravidão em 1888.

Em 1922, já em situação precária, a Cadeia Velha foi demolida para dar lugar ao Palácio Tiradentes. Foi o primeiro prédio construído especificamente para sediar a Câmara dos Deputados, inaugurado em 6 de maio de 1926.

Pela ordem, as sedes da Câmara dos Deputados foram<sup>5</sup>:

- Cadeia Velha de 1826-1889 e 1891-1914;
- Palácio de São Cristóvão de junho a novembro de 1891;
- Palácio Monroe de 1914-1922;
- Biblioteca Nacional de 1922-1926;
- Palácio Tiradentes de 1926-1960;
- Palácio do Congresso Nacional, Brasília de 1960 até hoje.

Ao longo da história podemos observar que a Câmara dos Deputados funcionou em vários locais diferentes, o atual local, O Palácio do Congresso Nacional foi criado pelo arquiteto Oscar Niemeyer em 1958, do Palácio Tiradentes, sede da Câmara, e do Monroe, sede do Senado, saíram os números de que o jovem e talentoso arquiteto carioca precisava: as dimensões físicas do novo prédio, Oscar Niemeyer visitou as duas sedes cariocas, fez os cálculos e a conta que multiplicou por três. Assim não faltaria espaço para que o Parlamento pudesse crescer com a nova capital federal, Brasília<sup>6</sup>.

<sup>4</sup> CÂMARA DOS DEPUTADOS. *História e arquivo: conheça a história da Câmara*. Agência Câmara de Notícias. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/historia-e-arquivo/>.

<sup>5</sup> CÂMARA DOS DEPUTADOS. *História e arquivo: conheça a história da Câmara*. Agência Câmara de Notícias. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/historia-e-arquivo/>

<sup>6</sup> CÂMARA DOS DEPUTADOS. *A construção do congresso nacional*. Agência Câmara de Notícias. Disponível em: <https://plenarinho.leg.br/index.php/2017/01/a-historia-da-construcao/#:~:text=O%20Pal%C3%A1cio%20do%20Congresso%20Nacional,da%20nova%20capital%2C%20ficou%20entusiasmado.>

## 1.2. A democratização de 1945 e a organização dos partidos políticos e do pluripartidarismo

Esse período ficou conhecido como a redemocratização, onde o regime autoritário imposto com o golpe de 1937<sup>7</sup>, encerra-se em outubro de 1945, com a deposição de Vargas. Dois anos antes em 24 de outubro de 1943, era assinado o Manifesto dos Mineiros, figuras importantes da elite de Minas Gerais, propunham a instalação no Brasil de um verdadeiro regime democrático (FAUSTO, 2017, p. 327), acima de tudo, a maior participação política e econômica das próprias elites.

Já estava em vigor uma nova legislação a Lei Agamenon, é como ficou conhecido o Decreto-Lei 7.586 de 28 de maio de 1945<sup>8</sup>, quanto à candidatura, esse código inovou, determinando o monopólio dos partidos políticos na indicação dos candidatos mas permitiu a candidatura múltipla, podendo o candidato concorrer simultaneamente para presidente, senador ou deputado federal num mesmo ou mais estados. Getúlio Vargas, por exemplo, nas eleições de 2 de dezembro de 1945, foi eleito senador no Estado do Rio Grande do Sul pelo Partido Social Democrático (PSD) e no Estado de São Paulo pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e, ainda, a deputado federal pelos estados da Bahia, Rio de Janeiro, Distrito Federal (antigo estado da Guanabara), São Paulo, Paraná, Rio Grande do Sul e Minas Gerais, sempre pelo mesmo partido, o PTB<sup>9</sup>.

Proibidos durante o Estado Novo (1937-1945) os partidos políticos retornaram com a redemocratização em 1945. Neste período se destacaram o PSD e o PTB, porém a União Democrática Nacional (UDN) foi um importante partido de direita no período. Estes três podem ser considerados os partidos mais importantes do ciclo que vai de 1945 a 1964, pois de fato ocuparam nada menos do que 79,8% de todas as cadeiras na Câmara dos Deputados e 86,2% no Senado Federal (SCHMITT, 2005, p. 18).

A partir da máquina do Estado, por iniciativa da burocracia, do próprio Getúlio Vargas e dos interventores nos Estados, surgiu o Partido Social Democrático (PSD), em junho de

---

<sup>7</sup> No dia 10 de novembro de 1937, tropas da polícia militar cercaram o Congresso e impediram a entrada dos congressistas. O ministro da Guerra – general Dutra – se opusera a que a operação fosse realizada por forças do Exército. À noite, Getúlio anunciou uma nova fase política e a entrada em vigor de uma Carta Constitucional, elaborada por Francisco Campos. Era o início do Estado Novo (FAUSTO, 2019, p. 311).

<sup>8</sup> Sem estabelecer expressamente a Justiça Eleitoral, criou, como órgãos dos serviços eleitorais, aqueles mesmos de 1932 – um Tribunal Superior, com sede na capital da República; um Tribunal Regional, na capital de cada estado e no Distrito Federal; juízes eleitorais nas capitais, comarcas, termos e distritos. A exemplo do Código de 32, a qualificação se dava por iniciativa do cidadão ou ex officio. Disponível em: <http://www.tse.jus.br/eleitor/glossario/termos/lei-agamenon>.

<sup>9</sup> TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. *Lei Agamenon*. Disponível em: <http://www.tse.jus.br/eleitor/glossario/termos/lei-agamenon>. Acesso em: 14 Jul.2020.

1945 (FAUSTO, 2017, p. 328). Ideologicamente era o principal representante da socialdemocracia no país. Sempre obteve a maioria de representantes no Congresso. Elegeu dois presidentes do Brasil: - Eurico Gaspar Dutra (1946-1950); - Juscelino Kubitschek (1956-1960). E suas principais lideranças foram: Juscelino Kubitschek, Eurico Gaspar Dutra, Tancredo Neves, Marechal Henrique Teixeira Lott, Cristiano Machado (candidato à presidência), Ulysses Guimarães, Walter Só Jobim (governador do RS), José Sarney (elegeu-se deputado federal em 1954) e Ildo Meneguetti<sup>10</sup>.

Em setembro de 1945, foi fundado o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), sob a inspiração também de Getúlio Vargas, do Ministério do Trabalho e da burocracia sindical. Seu objetivo era de reunir as massas trabalhadoras urbanas sob a bandeira getulista (FAUSTO, 2003, p. 328). Tinha forte influência sindical, seu principal ideólogo foi o gaúcho Alberto Pasqualini. Elegeu dois presidentes: - Getúlio Vargas (1951-1954); - João Goulart (1961-1962), eleito como vice-presidente de Jânio Quadros (1960), com a renúncia deste, assumiu a presidência. Jango também havia sido eleito vice de JK em 1955. Principais lideranças: Getúlio Vargas, João Goulart, Alberto Pasqualini, Leonel Brizola, Sereno Chaise, Ernesto Dorneles, Itamar Franco e Pedro Simon<sup>11</sup>.

A antiga oposição liberal, herdeira da tradição dos partidos democráticos estaduais, adversária do Estado Novo, formou, em abril de 1945, a União Democrática Nacional (UDN), reunindo também o reduzido grupo dos socialistas democráticos e uns poucos comunistas (FAUSTO, 2003, p. 328). Partido de orientação conservadora de direita. Congregava setores da burguesia e da classe média urbana. Seus integrantes eram representantes das antigas oligarquias regionais que comandavam os Estados nos períodos anteriores (coronéis). A UDN apoiou a candidatura vitoriosa de Jânio Quadros à presidência. Apesar de ter formado a base de apoio ao Golpe Militar de 1964, o partido foi extinto em 1965 pelo Ato Institucional número 2 e seus integrantes passaram para a ARENA, partido de sustentação da ditadura. Principais lideranças udenistas: Aureliano Chaves, Carlos Lacerda, Abreu Sodré, Antônio Carlos Magalhães (ACM), Daniel Krieger, Adhemar de Barros, José Sarney e Eduardo Gomes<sup>12</sup>.

---

<sup>10</sup> FABER, Marcos. *História dos partidos políticos no Brasil*. Disponível em: [http://historialivre.com/brasil/partidos\\_politicos.pdf](http://historialivre.com/brasil/partidos_politicos.pdf). Acesso em: 15 Jul. 2020.

<sup>11</sup> FABER, Marcos. *História dos partidos políticos no Brasil*. Disponível em: [http://historialivre.com/brasil/partidos\\_politicos.pdf](http://historialivre.com/brasil/partidos_politicos.pdf). Acesso em: 15 Jul. 2020.

<sup>12</sup> Idem.

Com relação ao período pluripartidário de 1945-1965, Batistella (2015, p. 439) destaca que:

os três principais partidos políticos brasileiros – excluído o PCB, novamente posto na ilegalidade em 1947 – foram o PSD, a UDN e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), que estavam se articulando antes mesmo da promulgação da Lei Agamenon e que são considerados “criaturas de Vargas”, uma vez que gravitavam – de maneiras distintas – em torno da figura do então ditador estadonovista. Portanto, Vargas é considerado o eixo divisor do sistema partidário que se inaugurava em 1945.

Criados como instrumentos para a democratização e constituindo-se, ao cumprir legislação específica, em partidos nacionais, trinta e uma agremiações pleiteiam os seus registros entre 1945 e 1948 (CASALECCHI, 2016, p. 53), de tal maneira em 1948 somente doze eram reconhecidos.

Nesse bojo da formação dos partidos políticos, “formada por políticos e intelectuais socialistas e antigetulistas, a Esquerda Democrática daria origem ao Partido Socialista Brasileiro (PSB), no início de 1946” (BATISTELLA, 2015, p. 442).

Além da origem do Partido Socialista Brasileiro BATISTELLA descreve sobre essas dissidências udenistas que originaram outros partidos políticos:

também deram origem a outros pequenos partidos (todos partidos de menor representatividade em nível nacional e mais ou menos fortes em determinados estados da federação), como o Partido Libertador (PL), o Partido Republicano Progressista – que em junho de 1946 daria origem ao Partido Social Progressista (PSP) – e o Partido Republicano (PR), organizado em 1946 (2015, p. 442).

Convém observar que outros partidos de menor expressão também surgiram nesse período da História política brasileira pós Estado Novo, a intenção era sair do regionalismo da história dos partidos políticos até então, e tentar uma abrangência nacional, porém poucos conseguiram seguir adiante.

Cabe observar que pode ter havido uma ruptura de quem estava no comando da nação, porem “a maciça maioria dos legisladores e políticos responsáveis pela formulação teórica da vida partidária democrática nacional não só não se renovara, como também é a mesma da década anterior” (SOUZA, 1990, p. 64).

De fato, a transição política do Estado Novo à nova ordem democrática foi permeada por contradições, e adquiriu feição peculiar e instigante, que tem alimentado divergências analíticas e desafiado historiadores e cientistas políticos que se dedicam ao objetivo de interpretá-la. Processada sem a pressão de qualquer movimento contestatório liberado por amplas bases sociais ao regime que entrava

em derrocada, pode ser considerada como um marco de ruptura que apontou alternativas de transformação do antigo regime político. [...] e também o fato da referida transição ter sido pressionada pelas elites – e de certa maneira planejada e conduzida pelo próprio governo que estava sendo destituído – denominou-se de “transição pelo alto” (Vianna, 1999) (DELGADO, 2016, p. 131).

Nesse sentido, podemos observar que fica evidente a corrente contra o Estado Novo de uma elite política e muito bem definida e limitada onde reunia empresários, bacharéis, militares de alta patente, e segmentos da intelectualidade comprometidos com princípios liberais complementa Delgado (2016, p. 132).

O Partido Social Democrático (PSD) e a União Democrática Nacional (UDN), “embora inexistentes durante o Estado Novo, representavam, respectivamente, o situacionismo e a oposição e dispunham de bases socioeconômicas e de um aparelho organizacional nos níveis municipal e estadual” (BATISTELLA, 2015), o desafio era alguns ajustes a nível nacional, enquanto os demais partidos, complementa o autor seria organizar um partido nacional a partir de bases precárias.

Com relação a formação dos partidos, no sentido das elites Berstein (2003, p. 93) observa que os partidos tem um papel primordial de seleção das elites políticas, é dentro deles que começam as carreiras políticas, é através de seus aparelhos, dos meios que fornecem a seus representantes que se fazem conhecer aqueles que almejam as funções de dirigentes. O autor ainda complementa que as democracias populares, como no Brasil, o partido político continua sendo um elemento de mobilização das massas, de seleção das elites, de difusão de ideologias, em suma, de estruturação social.

### **1.2.1 As eleições de 1945 e 1947 no Rio Grande do Sul**

Após o Estado Novo surgiram partidos nacionais. Durante a República Velha, com a ressalva de experiências que não foram bem-sucedidas, os partidos não ultrapassavam os limites dos estados (OLIVEIRA, 2018), nesse sentido a partir de 1945 uma nova ordem nacional pretendia reorganizar essa questão, saindo do regionalismo para uma ampliação que abrangesse todo o território brasileiro e que os interesses políticos fossem gerias e não atrelados a uma parte territorial.

O pleito eleitoral ocorrido em 2 de dezembro de 1945, de tipo majoritário (que elegeu o presidente da República e senadores) e proporcionalmente (eleições dos deputados federais), foi marcado pela participação dos partidos que obtiveram registro legal junto ao Tribunal Superior Eleitoral (FLACH e CARDOSO, 2007, p. 59-60). O ano de 1945 assinala,

concomitante à reorganização partidária, uma reconfiguração das elites políticas, tanto a nível nacional como regional (KNACK, 2014).

No entanto, a democracia que vigorou na Terceira República ainda padecia de algumas limitações, especialmente se comparada com o sistema democrático, como a proibição ao voto dos analfabetos e a ilegalidade dos comunistas a partir de 1947 (SCHMITT, 2005, p. 11).

Na tabela a seguir elenca os nome concorrentes ao cargo do legislativo federal, sendo eleito por Passo Fundo Antonio Bittencourt de Azambuja e Nicolau Araújo Vergueiro ambos do Partido Social Democrata, “foi o maior partido do Brasil ao longo de toda a Terceira República, elegendo as maiores bancadas no Congresso Nacional em todos os pleitos que disputou” (SCHMITT, 2005). O PSD, partido que deixou como principais marcas de seu perfil o pragmatismo, a habilidade e a força eleitoral, foi fundado dentro da perspectiva getulista de continuísmo na transformação (DELGADO, 2016). Logo observamos essa afirmação em solo passo-fundense conforme resultado do pleito do legislativo:

**Tabela 1:** eleição para deputado federal de Passo Fundo em 02 de dezembro de 1945

Nome	Legenda	Votos em Passo Fundo	Votos no Rio G. do Sul	Situação
Antonio Bittencourt de Azambuja	PSD	812	9.596	Eleito
Nicolau Araújo Vergueiro	PSD	2.709	9.219	Eleito
Victor Oscar Graeff	UDN	1.693	3.482	
Celso da Cunha Fiori	PTB	20	26	

Fonte: DAMIAN, 2010, p. 147.

Em 1945, o PSD elegeu 17 deputados, a UDN dois, o PTB um, o PL um e o PCB um, Luiz Carlos Prestes, totalizando 22 parlamentares do Rio Grande do Sul na Câmara dos Deputados Federais.

Com a deposição de Getúlio Vargas e um governo provisório de transição, o Ministro da Guerra Góis Monteiro nomeou interventor do Rio Grande do Sul o Desembargador Samuel Figueiredo da Silva, entre 1º. De novembro de 1945 a 7 de fevereiro de 1946. Com a eleição de Eurico Gaspar Dutra, em 1945 e sua posse em 31 de janeiro de 1946, muda-se mais uma vez o interventor do Estado. Nomeado Pompílio Cylon Fernandes da Rosa que permaneceu no cargo até passá-lo ao governador eleito Walter Só Jobim, que tomou posse em 26 de março de 1947 (DAMIAN, 2010, 134).

Na tabela 2 abaixo, observamos que em 19 de janeiro de 1947, Walter Jobim foi eleito governador do Rio Grande do Sul na legenda do PSD, derrotando Alberto Pasqualini, candidato do PTB, e Décio Martins da Costa, lançado pela coligação formada pela UDN e o PL.

**Tabela 2:** eleição para governador em 19 de janeiro de 1947

Nome	Legenda	Votos em Passo Fundo	Votos no Rio G. do Sul	Situação
Walter Sá Jobim	PSD/PRP/PCB	3.648	229.129	Eleito
Alberto Pasqualini	PTB	4.270	209.164	
Décio de Almeida Martins Costa	PL/UDN	2.869	105.062	

Fonte: DAMIAN, 2010, p. 135.

Os resultados eleitorais dão vitória a Walter Jobim, Cánepa atribui essa vitória a manutenção do poder quando diz que “o PSD, já implantado em todo o Estado, beneficiar-se-á amplamente da máquina pública (2015, p. 119).

### 1.2.2 As eleições em 1950 no Rio Grande do Sul

Entre os partidos pós-1945 o PTB foi considerado a agremiação partidária mais ardentemente getulista, porém se apresentava regionalmente fragmentado, sendo muito forte no Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro e Amazona, e fraco em São Paulo por exemplo (DELGADO, 2016). Na tabela 3 podemos notar a quantidade de votos recebido pelos concorrentes ao cargo do legislativo federal, e fica evidente a preferência pelos políticos petebistas, sendo dois os mais votados, porém sendo eleito César José dos Santos.

**Tabela 3:** eleição para deputado federal de Passo Fundo em 03 de outubro de 1950

Nome	Legenda	Votos em Passo Fundo	Votos no Rio G. do Sul	Situação
César José dos Santos	PTB	6.821	10.449	Eleito
Vitor Loureiro Issler	PTB	446	9.276	
Nicolau Araújo Vergueiro	PSD	4.830	6.449	
Múcio Martins de Castro	PSP	244	364	

Fonte: DAMIAN, 2010, p. 148.

Em 1950 das vinte e duas cadeiras que o Rio Grande do Sul dispunha na Câmara Federal dez ficaram para os candidatos do PTB, oito para PSD, duas para o PL, uma para a



UDN e uma para o PRP, “os dois maiores partidos (PTB-PSD) fazem uma votação mais expressiva que em nível estadual” (CÁNEPA, 2005, p. 155).

A nível nacional o PTB foi um constante aliado do PSD na disputa das eleições presidenciais, apoiando as candidaturas em 1945, 1955 e 1960, elegendo Getúlio Vargas presidente pelo PTB em 1950 com 48,7% dos votos (SCHMITT, 2005).

O governador eleito em 1950, Ernesto Dorneles<sup>13</sup>, era primo de Getúlio Vargas, que em 1945 foi um dos responsáveis pela formação do Partido Social Democrático (PSD) no Rio Grande do Sul.

**Tabela 4:** eleição para governador em 03 de outubro de 1950

Nome	Legenda	Votos em Passo Fundo	Votos no Rio G. do Sul	Situação
Ernesto Dorneles	PTB/PSP	9.080	329.884	Eleito
Pompílio Cilon Fernandes Rosa	PSD/PRP/ UDN	6.678	283.942	
Edgar Luis Schneider	PL	844	80.798	
Bruno de Mendonça Lima	PSB	0	858	

Fonte: DAMIAN, 2010, p. 135.

Eleito governador do Estado, juntamente com Vargas para a Presidência da República, Ernesto Dornelles fará uma administração estreitamente afinada com seu primo, “essa vinculação estende-se desde o discurso político, às políticas, ou melhor, às medidas econômico-administrativas adotadas pelo governo estadual” (CÁNEPA, 2005, p. 156).

### 1.2.3 As eleições de 1954 no Rio Grande do Sul

Em 1954 foram eleitos dois deputados federais por Passo Fundo pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), percebe-se uma certa supremacia perante o Partido Social Democrático (PSD), na preferência local, porém se comparado a nível nacional o número de cadeiras era de 119 para o PSD contra 61 cadeiras para o PTB, uma larga diferença.

Talvez a explicação esteja na “inclusão de questões sociais na sua plataforma programática, que foi um fator diferencial da agremiação trabalhista em relação aos partidos

<sup>13</sup> Nasceu em São Borja (RS) no dia 20 de setembro de 1897, filho do general Ernesto Francisco Dornelles e de Amélia Dornelles. Era primo de Getúlio Dornelles Vargas. Em 1918 sentou praça no Exército, tendo cursado a Escola Militar de Realengo (RJ). Em dezembro de 1949 foi transferido para a reserva. Em julho de 1950, convidado por Getúlio Vargas para concorrer ao governo do Rio Grande do Sul, Dornelles aceitou e foi eleito (CPDOC/FGV).

que atuaram na conjuntura de 1945 a 1964” (DELGADO, 2016), fato esse que teve influência em sua crescente como partido político na captação de simpatizantes.

Outra questão bastante relevante é o suicídio de Getúlio Vargas em 24 de agosto de 1954, sendo recebida pelo povo com bastante revolta mostrada através das urnas pelos votos recebidos pelo PTB.

**Tabela 5:** eleição para deputado federal de Passo Fundo em 03 de outubro de 1954

Nome	Legenda	Votos em Passo Fundo	Votos no Rio G. do Sul	Situação
Vitor Loureiro Issler	PTB	1.956	13.065	Eleito
Daniel Dipp	PTB	9.264	12.366	Eleito
Odalgiro Gomes Corrêa	PSD	5.313	10.262	
Eduardo Zasso	PRP	0	2.874	
Amildo José Sarturi	PSP	789	1.417	

Fonte: DAMIAN, 2010, p. 148.

Em 1954 para as 24 cadeiras ao Congresso Nacional para o Rio Grande do Sul o protagonismo ficou para o PTB que elegeu onze deputados federais, logo atrás com sete eleitos o PSD, o PL elegeu três deputados, o PRP um e a UDN um representante.

Essas eleições tinham uma certa peculiaridade, pois é o ano de um acontecimento político na História brasileira e o Partido Trabalhista Brasileiro, segundo Delgado (2016, p. 143),

O ano de 1954, considerado chave para a História do Brasil, também o foi para a história do PTB. Com a morte de Getúlio Vargas, o Partido Trabalhista Brasileiro, que tinha sua imagem fortemente vinculada à do presidente, começou a ganhar maior autonomia em relação ao personalismo varguista. Além disso, passou a incorporar em seus quadros alguns políticos que mesmo sendo getulistas, tinham personalidades muito fortes e projetos de transformar o PTB em uma agremiação trabalhista ainda mais comprometida com a causa nacionalista e com a defesa de reformas sociais e econômicas profundas no país.

Nas eleições para governador em 1954, tabela 6, o equilíbrio local dos votos para as siglas PSD/PL/UDN contra o PTB há um certo equilíbrio com relação aos números obtidos, porém se for levar em consideração que é um partido (PTB) contra três (PSD/PL/UDN) percebe-se a força que o Partido Trabalhista Brasileiro começa a despontar em Passo Fundo.

Para concorrer a uma vaga ao palácio Piratini tivemos cinco inscritos, Ildo Meneghetti pela coligação PSD/UDN/PL, Alberto Pasqualini, pelo PTB, Wolmar Metzler pelo PRP, José Diogo Brochado da Rocha, pelo PSP, e João Pereira Sampaio, pelo PSB. Observamos abaixo a polarização entre os nomes de Meneghetti e Pasqualini tendo respectivamente 46,17% dos

votos, contra 42,51% de Pasqualini, nesse sentido notamos um certo equilíbrio de preferência a nível estadual perante os dois candidatos e suas agremiações partidárias.

**Tabela 6:** eleição para governador em 03 de outubro de 1954

Nome	Legenda	Votos em Passo Fundo	Votos no Rio G. do Sul	Situação
Ildo Meneghetti	PSD/PL/UDN	9.973	386.821	Eleito
Alberto Pasqualini	PTB	10.104	356.183	
Wolfran Metzler	PRP	575	71.110	
José Diogo Brochado da Rocha	PSP	202	7.396	
João Pereira Sampaio	PSB	0	73	

Fonte: DAMIAN, 2010, p. 136.

#### 1.2.4 As eleições de 1958 no Rio Grande do Sul

Nas eleições para deputado federal em 1958 o PTB vinha aos poucos ganhando a preferência nacional, visto que das 326 cadeiras (tabela 11) disputadas no Congresso Nacional conquistara 63, 41 a mais quando da primeira disputa em 1945, se aproximando da UDN com 70 cadeiras contra 119 do Partido Social Democrata.

Na tabela 7 podemos ver a preferência dos eleitores passofundenses pelos representantes do PTB Vitor Loureiro Issler que obteve 1.002 votos em Passo Fundo e 30.806 no total de votos no Rio Grande do Sul e o advogado Daniel Dipp com uma preferência bem maior em Passo Fundo com 7.569 votos em Passo Fundo, já no Rio Grande do Sul obteve um total geral de 15.770 votos, ambos foram reeleitos à Câmara Federal.

**Tabela 7:** eleição para deputado federal de Passo Fundo em 03 de outubro de 1958

Nome	Legenda	Votos em Passo Fundo	Votos no Rio G. do Sul	Situação
Vitor Loureiro Issler	PTB	1.002	30.806	Eleito
Vitor Oscar Graeff	UDN	538	18.271	
Daniel Dipp	PTB	7.569	15.770	Eleito
Odalgiro Gomes Corrêa	PSD	2.633	15.148	
Eduardo Zasso	PRP	90	624	

Fonte: DAMIAN, 2010, p. 149.

Em 1958 o PTB começa demonstrar mais sua influência política, além de vencer no executivo estadual conquista o dobro de cadeiras pelo Rio Grande do Sul em comparação ao

PSD, elegeu 14 representantes à Câmara Federal, PSD sete, o PL dois e o PRP elegeu um representante.

As eleições de 1958 inauguraram o uso intensivo e extensivo do rádio na campanha eleitoral ao lado das formas mais tradicionais de campanha, jornais, panfletos, comícios etc. (CÁNEPA, 2005, p. 225), o autor ainda argumenta que Brizola soube aproveitar melhor os meios de comunicação do que seus concorrentes.

Nas eleições ao governo estadual do Rio Grande do Sul de 1958 sai vencedor Leonel Brizola da coligação PTB/PRP obtendo a preferência de 55,18% dos votos, contra 41,20% de Walter Perachi de Barcelos da coligação PSD/PL/UDN, observando a alternância do poder no estado, onde um mesmo partido político não consegue se reeleger no comando estadual desde a redemocratização.

**Tabela 8:** eleição para governador em 03 de outubro de 1958

Nome	Legenda	Votos em Passo Fundo	Votos no Rio G. do Sul	Situação
Leonel de Moura Brizola	PTB/PRP	11.293	670.003	Eleito
Walter Perachi de Barcellos	PSD/PL/UDN	7.207	500.944	

Fonte: DAMIAN, 2010, p. 136.

Coligado com o PRP, o PTB conseguia, de um lado, atingir a zona da colônia penetrando especialmente entre os pequenos produtores e, além disso, não permitia que a influência religiosa fosse monopólio dos partidos conservadores (CÁNEPA, 2005, p. 260-261).

### 1.2.5 As eleições de 1962 no Rio Grande do Sul

A Ação Democrática Popular, uma coligação com cinco partidos (PSD-PL-UDN-PRP-PDC) lança para Governador Ildo Meneghetti, frente a indisposição de quem tinha a máquina pública nas mãos “PTB sem candidato e Brizola em aparente omissão, dá conta de falta de lideranças no PTB e do processo de isolamento que o partido sofre no Rio Grande do Sul” (CÁNEPA, 2005, p. 303).

O acirramento da luta política e a radicalização das posições de Brizola tiveram reflexos importantes na política do Rio Grande do Sul. A partir das posições tomadas pelo

então governador, a oposição decide unificar-se para as eleições de 1962 buscando apresentar um candidato único contra o PTB (LOTTERMANN, 2020).

As eleições de outubro de 1962, realizadas para o governo dos Estados e o Congresso, mostraram que as forças do centro e da direita tinham bastante peso no país. No Rio Grande do Sul, Ildo Meneghetti, apoiado pela UDN e pelo PSD, bateu o candidato de Brizola (FAUSTO, 2019, p. 386-387). Identificado com a ala mais à esquerda de seu partido, em outubro de 1962 candidatou-se à sucessão do governador Leonel Brizola (1959-1963), mas acabou derrotado por Meneghetti, candidato da coligação encabeçada pelo Partido Social Democrático (PSD), conforme tabela 09 onde demonstra que o pessedista obteve 37,1%, contra 35,46% do petebista e 21,45% de Fernando Ferrari ficando na terceira colocação da preferência estadual.

**Tabela 09:** eleição para governador em 07 de outubro de 1962

<b>Nome</b>	<b>Legenda</b>	<b>Votos em Passo Fundo</b>	<b>Votos no Rio G. do Sul</b>	<b>Situação</b>
Ildo Meneghetti	PSD/PL/UDN/PRP/PDC	7.630	502.356	Eleito
Egydui Michaelsen	PTB	8.490	480.131	
Fernando Ferrari	MTR	5.519	290.384	

Fonte: DAMIAN, 2010, p. 137.

Nas disputas para o legislativo federal era eleito pelo terceiro ano consecutivo o profissional liberal Vitor Loureiro Issler (PTB), 442 votos em Passo Fundo, com uma votação até certo ponto baixa na cidade se comparado aos candidatos Reissoly José dos Santos (PTB), 5.778 em Passo Fundo e Daniel Dipp (MTR) 2.558 votos na cidade. Porém a nível estadual obteve uma melhor preferência totalizando 12.335 no Rio Grande do Sul, sendo eleito o representante no Congresso Nacional.

**Tabela 10:** eleição para deputado federal de Passo Fundo em 07 de outubro de 1962

<b>Nome</b>	<b>Legenda</b>	<b>Votos em Passo Fundo</b>	<b>Votos no Rio G. do Sul</b>	<b>Situação</b>
Vitor Loureiro Issler	PTB	442	12.335	Eleito
Reissoly José dos Santos	PTB	5.778	10.568	
Daniel Dipp	MTR	2.558	4.644	

Fonte: DAMIAN, 2010, p. 149.

Em 1962 repetiu a mesma configuração de quatro anos antes, 1958 de cadeiras na Câmara Federal com relação aos representantes do Rio Grande do Sul, das 24 cadeiras ocupadas quatorze foram do PTB, sete do PSD, duas do PL e uma do PRP.

### 1.3 O perfil dos deputados federais de Passo Fundo na Terceira República (1945-1964)

Em nível nacional, o PTB foi o partido que mais cresceu no período de 1945-1964, passando de 22 deputados federais em 1945 a 105, em 1962, já com o PSD e UDN houve um declínio. O PSD e UDN juntos elegeram 81% dos deputados federais em 1945, caindo para 51% nas eleições de 1962 (Tabela 11).

Um novo sistema eleitoral, o proporcional<sup>14</sup>, foi introduzido para as eleições da Câmara do Deputados em 1945. Os partidos, ou uma coligação entre partidos, apresentavam uma lista de candidatos em cada estado, não sendo mais permitido apresentar lista avulsas (NICOLAU, 2012, p. 44).

Com essa nova regra a partir de 1945 podemos observar o que ela representou em números de representantes, por isso o PSD com 43% dos votos, o partido acabou elegendo 53% dos deputados federais (tabela 11).

Nesse sentido é importante observar as eleições nacionais do período e a evolução ou declínio dos partidos políticos, sendo as principais instituições, nas quais os seus atores políticos, estão inseridos a fim de representar a população.

**Tabela 11:** deputados federais eleitos por partido de 1945 a 1962 no Brasil

<b>Partido</b>	<b>1945</b>	<b>1950</b>	<b>1954</b>	<b>1958</b>	<b>1962</b>	<b>Total</b>
<b>PSD</b>	151	81	119	119	125	595
<b>UDN</b>	81	112	74	70	96	433
<b>PTB</b>	22	51	61	63	105	302
<b>PSP</b>	-	24	27	25	21	97
<b>PR</b>	9	10	18	17	7	61
<b>PL</b>	1	6	10	3	5	25
<b>PDC</b>	2	2	2	7	19	32
<b>PTN</b>	-	5	6	6	11	28
<b>PCB</b>	14	-	-	-	-	14

<sup>14</sup> Em uma eleição realizada segundo o método proporcional, um partido que tenha recebido 15% dos votos obterá 15% de cadeiras no Legislativo (NICOLAU, 2012, p. 10). O método de distribuição de cadeiras praticado no Brasil combina o uso da cota Hare – conhecido na legislação eleitoral como quociente eleitoral – com o de um sistema de divisores para as cadeiras distribuídas nas sobras (NICOLAU, 2012, p. 56).

<b>PSB</b>	-	1	4	9	4	18
<b>PRP</b>	2	2	4	3	3	14
<b>PST</b>	-	9	-	2	7	18
<b>PPS</b>	4	-	-	-	-	4
<b>PRT</b>	-	1	1	2	3	7
<b>MTR</b>	-	-	-	-	3	3
<b>Total</b>	286	304	326	326	409	

Fonte: NICOLAU, 2004.

No Rio Grande do Sul a disputa as vagas na Câmara Federal podemos observar a tabela 12 abaixo, uma grande superioridade do PSD em 1945, um certo equilíbrio de forças com o PTB em 1950, em 1954 começou a ver os petebistas a ganhar mais força, e nas legislaturas de 1958 e 1962 viu o adversário obter o dobro de cadeiras legislativas.

Essa configuração apresentada no parágrafo anterior segue a tendência nacional do Partido Trabalhista Brasileiro, principalmente pós-suicídio de Getúlio Vargas em 24 de agosto de 1954 como apresenta a quantidade de representantes à Câmara Estadual, tendo uma representação significativa dessa agremiação.

**Tabela 12:** deputados federais por partidos de 1945 a 1964 no Rio Grande do Sul

<b>Partido</b>	1945	1950	1954	1958	1962*	<b>Total</b>
<b>PSD</b>	17	8	7	7	7	46
<b>UDN</b>	2	1	1	-	-	4
<b>PL</b>	1	2	3	2	2	10
<b>PTB</b>	1	10	11	14	14	50
<b>PCD</b>	1	-	-	-	-	1
<b>PRP</b>	-	1	2	1	1	5
<b>Total de cadeiras</b>	22	22	24	24	24	-

Fonte: TRE-RS apud CÂNEPA, 2005, p. 114, 153, 202, 255 e \*TRE/RS

No período de 1945 a 1964 os representantes à Câmara Federal, dos candidatos eleitos por Passo Fundo/RS podemos observar as mesmas preferências partidárias que houve a nível Estadual e Federal, onde em 1945 obteve duas vagas pelo PSD, e seguindo a virada petebista tanto no estado quanto no Brasil, a partir das eleições de 1950, 1954 e 1962 quase todos os representantes eleitos ao legislativo nacional foram do PTB, com exceção de uma vaga em 1962 ocupada pelo MDB.

No período abordado no capítulo (dezenove anos) podemos observar que um pequeno grupo de 5 pessoas ocuparam a cadeira do legislativo federal “um elemento importante para

os indivíduos serem integrados a uma elite política estadual em Passo Fundo era ser filiado ao PTB, acompanhando uma tendência regional – característica que está associada a uma forma de recrutamento no meio desses indivíduos” (KNACK, 2014), visto que fora o partido que mais cresceu durante o período democrático.

Podemos observar também que são políticos que ocuparam o legislativo estadual, “é importante para estabelecer um paralelo entre as características dos políticos passofundenses e a elite política regional (no caso, os parlamentares gaúchos). O único indivíduo analisado que não ocupa o cargo de deputado estadual é Vitor Issler” (KNACK, 2014).

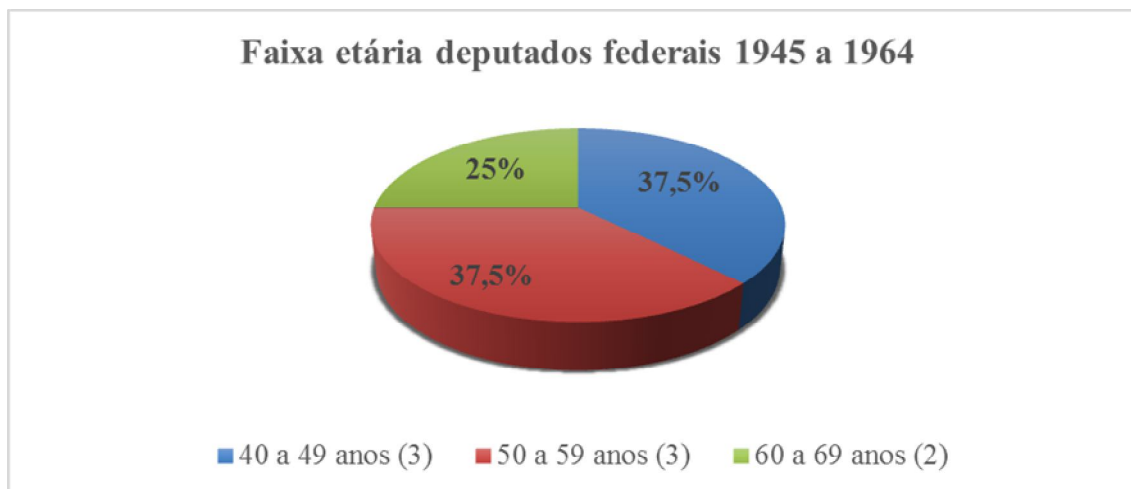
**Tabela 13:** deputados federais de Passo Fundo eleitos de 1945 a 1964

Ano	Legislatura	Nome	Partido	Idade na eleição	Profissão	Formação Superior	Local de Nascimento
1945	1946-1950	Antonio Bittencourt de Azambuja	PSD	55	Advogado	Direito	Encruzilhada/RS
		Nicolau Araújo Vergueiro	PSD	63	Médico	Medicina e Farmácia	Passo Fundo
1950	1951-1954	César José dos Santos	PTB	46	Médico	Medicina e Farmácia	Soledade/RS
1954	1955-1958	Vitor Loureiro Issler	PTB	53	Profissional liberal	S/I	Passo Fundo
		Daniel Dipp	PTB	40	Advogado	Direito	Passo Fundo
1958	1959-1962	Vitor Loureiro Issler	PTB	57	Profissional liberal	S/I	Passo Fundo
		Daniel Dipp	PTB	44	Advogado	Direito	Passo Fundo
1962	1963-1966	Vitor Loureiro Issler	MDB	61	Profissional liberal	S/I	Passo Fundo

**Fonte:** Tabela elaborada pelo autor a partir dos dados obtidos do CPDOC/FGV – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea/Fundação Getúlio Vargas.

Considerando os dados obtidos no que se refere a idade dos políticos aqui analisados quando da realização das eleições geralmente em outubro dos respectivos períodos em análise, temos uma média de 52,75 anos. Três políticos possuíam entre 40 e 49 anos (37,5%). Na faixa dos 50 a 59 anos podemos observar mais 3 políticos (37,5%), e na faixa de 60 a 69 anos mais dois políticos (25%).



**Gráfico 1:** Faixa etária dos deputados federais eleitos por Passo Fundo de 1945 a 1964

Fonte: Gráfico elaborado pelo autor a partir dos dados obtidos do CPDOC/FGV – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea/Fundação Getúlio Vargas.

Analisando os dados da faixa etária dos políticos do período em questão, observa-se que os políticos do PSD eleitos em 1945 tem idades de 55 e 63 anos, políticos de bastante relevância no município de Passo Fundo.

Também cabe observar que dos oito políticos eleitos analisados, dois são reeleitos em outras eleições, Vitor Loureiro Issler, PTB em duas legislaturas e MDB em uma legislatura e Daniel Dipp (PTB), logo o período de 1945 a 1964, apenas cinco políticos de Passo Fundo ocuparam a Câmara Federal.

**Tabela 14:** Faixa etária por partido deputados federais eleitos por Passo Fundo (1945-1964)

<b>Partido/Faixa</b>	<b>40-49 anos</b>	<b>50-59 anos</b>	<b>60-69 anos</b>
PSD	1	1	-
PTB	3	2	-
MDB	-	-	1

Fonte: Gráfico elaborado pelo autor a partir dos dados obtidos do CPDOC/FGV – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea/Fundação Getúlio Vargas.

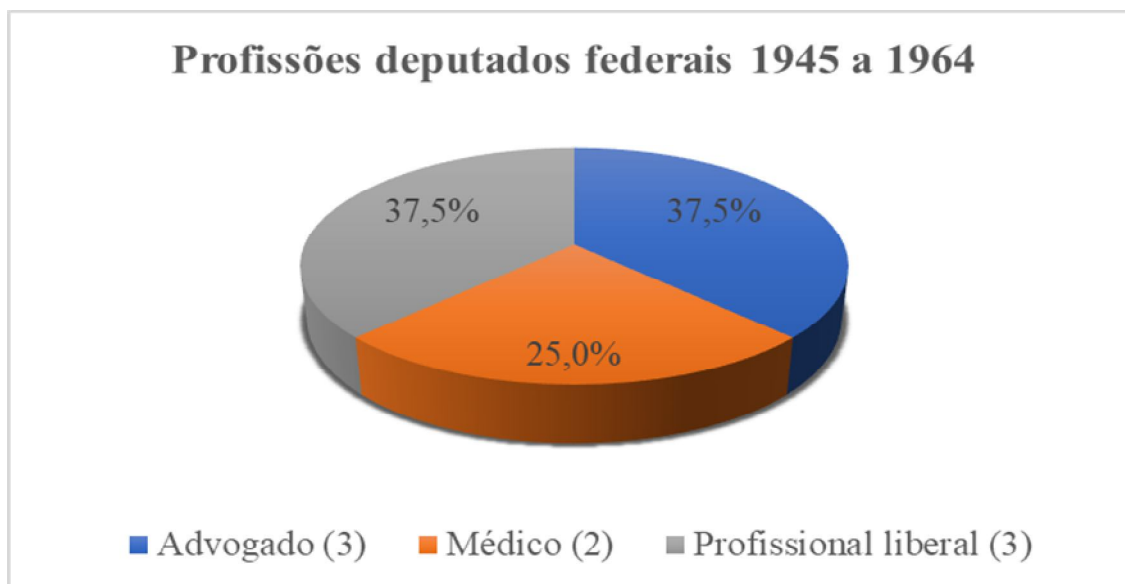
O Partido Trabalhista Brasileiro elege aos 40 anos Daniel Dipp, sendo o mais novo deputado federal eleito do período em análise, já o Partido Social Democrata elege aos 63 anos Nicolau Araújo Vergueiro o mais velho do período.

Considerando que os mais velhos políticos listavam no PSD e os mais jovens no PTB, observa-se a permanência dos mais jovens no mesmo partido, sendo reeleitos nas eleições

subsequentes a 1945, tendo uma hegemonia petebista por oito anos (1950 a 1958) na Câmara Federal.

Com relação à ocupação profissional dos políticos analisados no momento da eleição há um equilíbrio entre duas categorias advogados e profissional liberal sendo três de cada, depois aparece um médico e um professor.

**Gráfico 2:** Profissão dos deputados federais eleitos por Passo Fundo de 1945 a 1964



Fonte: Gráfico elaborado pelo autor a partir dos dados obtidos do CPDOC/FGV – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea/Fundação Getúlio Vargas.

Ao relacionarmos as profissões com os partidos políticos temos três advogados um no PSD e dois no PTB, dois médicos um PSD e outro no PTB, um profissional liberal no MDB e dois no Partido Trabalhista Brasileiro.

**Tabela 15:** Profissão dos deputados federais eleitos por Passo Fundo de 1945 a 1964

Profissão	Partido	Partido	%
Advogado (3):	PSD (1)	PTB (2)	37,5%
Médico (1):	PSD (1)	PTB (1)	25%
Profissional liberal (3):	MDB (1)	PTB (2)	37,5%

Fonte: Tabela elaborada pelo autor a partir dos dados obtidos do CPDOC/FGV – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea/Fundação Getúlio Vargas.

Não há presença de mulheres na configuração de representantes eleitos por Passo Fundo no período de 1945 a 1964 para Câmara Federal, dos oito representantes, cinco foram analisados, visto que dois foram reeleitos.

Logo, dos cinco representantes estudados no período, dois não eram naturais de Passo Fundo, Antonio Bittencourt de Azambuja<sup>15</sup> (PSD) natural de Encruzilhada/RS e César José dos Santos<sup>16</sup>, porém fixaram residência após os estudos superiores realizados em Porto Alegre passando a integrar a sociedade local e exercer uma certa influência política. Já os demais são naturais de Passo Fundo e integravam efetivamente a comunidade local.

#### **1.4 Conclusão do capítulo**

Ao longo desse capítulo foi possível perceber que, os políticos que ocuparam a cadeira do legislativo federal tem uma certa experiência na vida pública, pois são pessoas com uma idade mais avançada, a única exceção, porém não menos experiente pelo fato de ser o mais jovem é Daniel Dipp, que aparece com apenas 40 anos à Câmara Federal em 1955, pois já tinha em seu curriculum: Vice-Prefeito (PTB) de 1947 a 1950; deputado estadual/RS (PTB) de 1951 a 1952 e prefeito (PTB) de 1952 a 1954 em Passo Fundo.

Nesse sentido a idade é uma característica marcante quanto ao sentido de experiência propriamente dita na condição de ser eleito ao cargo de deputado federal no período analisado, onde percebe-se que a média dos líderes políticos ficou em 52,37, nesse caso os mais experientes políticos eram o parâmetro e a preferência do eleitorado passo-fundense, conforme conta na tabela 27.

---

<sup>15</sup> Era advogado, formado pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul e exerceu o cargo de promotor público da cidade de Passo Fundo. Fundou a Subseção da Ordem dos Advogados do Brasil - OAB Passo Fundo em 28 de maio de 1932, onde fez parte da primeira diretoria (OAB/Passo Fundo/RS).

<sup>16</sup> Fez os primeiros estudos da educação secundária inicial em Passo Fundo, já em 1920 cursou no extinto ginásio Nossa Senhora da Conceição. Frequentou também o Ginásio Cruzeiro do Sul e Rosário, ambos em Porto Alegre, após deixar Passo Fundo, de onde partiu para cursar Medicina (1933) e Farmácia (1931). Nos primeiros meses de 1945, retorna a Passo Fundo com a intenção de aqui ficar definitivamente, instalando uma clínica médica, passando então a integrar a sociedade local (BENVEGNÚ, 2006).

## **CAPÍTULO II**

### **ANÁLISE DOS DEPUTADOS FEDERAIS ELEITOS POR PASSO FUNDO/RS (1964-1985)**

Este capítulo analisa o perfil dos deputados federais eleitos pelo município de Passo Fundo/RS entre os anos de 1964 a 1985. Assim, em um primeiro momento, vou fazer uma contextualização dentro de cada subtítulo observando a fundação de novos partidos políticos a fim de nortear a nova ordem política brasileira. Além disso, busca-se a análise dos deputados estaduais do referido período do regime civil-militar de 1964, pois essas particularidades influenciaram diretamente tanto os candidatos disponíveis ao cargo em disputa, os partidos políticos envolvidos, assim como seus eleitores, todos subordinados aos códigos eleitorais vigentes na época.

Em uma segunda parte do capítulo, vamos analisar os deputados federais passofundenses no período da ditadura militar, 1964-1985, as particularidades do bipartidarismo e conjunturas políticas do período de maior repressão da história do Brasil.

Ao final do capítulo, serão apresentados os resultados da pesquisa no tocante ao perfil dos deputados federais eleitos por Passo Fundo/RS do período 1964-1985, de suas características predominantes no que tange ao que eles representam para a população local, se o que eles se propõe no “ofício” de deputado federal está de acordo com o que a população espera, evidenciando suas peculiaridades.

#### **2.1 A extinção do pluripartidarismo e a criação do bipartidarismo**

O golpe militar de 1964 (autodenominado Revolução Redentora) viria, segundo seus defensores, para “redimir” o Brasil do binômio sub-versão-corrupção (CÁNEPA, 2005, p. 410). Após o golpe civil-militar de 1964, que depôs o presidente João Goulart, os primeiros dias de abril foram marcados pelas incertezas e pela disputa pelo poder. O deputado Ranieri Mazzilli, presidente da Câmara dos Deputados e presidente em exercício (BATISTELLA,

2020), era “manipulado” pelo general Arthur Costa e Silva que era quem realmente estava no comando.

Nesse sentido buscava-se uma certa estabilidade e segurança não só ao país, mas aos envolvidos, e depois de algumas articulações, no dia 11 de abril, Castelo Branco foi eleito pelo Congresso como o novo presidente da República, recebendo 361 votos, com 72 abstenções e 37 ausências. No mesmo dia, o deputado federal José Maria Alkmin, do PSD/MG, foi eleito vice-presidente. Castelo Branco foi empossado no dia 15 de abril de 1964 e seu mandato iria até 31 de janeiro de 1966 (BATISTELLA, 2020).

A dinâmica “revolucionária” chegaria no espaço de pouco mais de um ano ao Ato Institucional Nº 2 (outubro de 1965), não só pelas derrotas eleitorais sofridas do novo regime nos Estados de Minas Geria e Rio de Janeiro (CÁNEPA, 2005), e para ter o controle total da situação seria preciso acabar com as eleições diretas para os cargos executivos.

A respeito ainda do Ato Institucional Nº 2 Cánepa discorre uma reflexão interessante sobre o seu real propósito,

Como se sabe, o AI-2, visava não apenas a extinção do sistema partidário então vigente, mas à criação de outro. Na realidade, não bastava extinguir os antigos partidos pela via de um ato de força. Era preciso romper definitivamente antigas lendas, criando outras. Pode-se dizer, desta perspectiva, que estiveram “certos” os “donos do poder”, uma vez que seu intento foi, em grande parte, conseguido (2005, p. 413-414).

Com uma outra ótica, Rogério Schmitt aborda bem esse tema com relação a questão dos partidos políticos no regime militar (1964-1985) onde diz que:

O regime autoritário queria evitar a criação de um sistema de partido único, por outro lado também não queria reproduzir a alegada fragmentação partidária do período precedente. Restava então a alternativa do bipartidarismo, característico das democracias anglo-saxãs (Estados Unidos e Inglaterra, por exemplo) (2005, p. 32).

No Rio Grande do Sul, a formação da ARENA e do MDB contará inicialmente com as clivagens já constituídas antes do golpe de 1964, como a composição dos diretórios regionais dos dois novos partidos em organizações provisórias (CÁNEPA, 2005, p. 414).

O quadro partidário vigente nesse período em análise originou-se do Ato Complementar nº 4 decretado menos de um mês após o AI-2 (em 20.11.1965), esse documento exigia que as organizações partidárias provisórias registrassem em cada uma a filiação de no mínimo 120 deputados federais e 20 senadores (SCHMITT, 2005, p. 32).

Esse processo de implantação do bipartidarismo através do Ato Complementar 4 (AC-4) Batistella (2020, p. 195) discorre que,

o que teoricamente possibilitava a organização de, no máximo, três partidos. Contudo, na prática, o ato praticamente instituiu o bipartidarismo, indo ao encontro dos objetivos do governo, a quem interessava criar um forte partido de apoio ao regime, que lhe garantisse uma base parlamentar sólida. Por outro lado, também era interessante permitir a criação de um pequeno, fraco, dócil e “bem comportado” – isto é, mais propenso a colaborar – partido oposicionista, dando assim um verniz de democracia ao regime.

Os grupos parlamentares de situação reuniram-se na Aliança Renovadora Nacional (ARENA), enquanto a oposição ao regime no Movimento Democrático Brasileiro (MDB) (SCHMITT, 2005, p. 34). Utilizando-se da estrutura partidária da extinta UDN, a ARENA pretendia incorporar os antigos udenistas e grande parte do antigo PSD, além de políticos, oriundos de outros partidos, alinhados com a “Revolução de 1964” (BATISTELLA, 2020, p. 195).

Contudo, ARENA e MDB, durante o final de 1965 e início de 1966, procuraram se organizar a partir da filiação dos deputados federais e senadores, (BATISTELLA, 2020) o autor complementa ainda dizendo que durante o período de novembro de 1965 a março de 1966, ambos os partidos procuraram organizar os seus diretórios nacionais e estaduais, além das Comissões Executivas e dos programas e estatutos partidários.

Seguindo esse modelo até as eleições de 1978, o sistema bipartidário seria finalmente extinto pela Lei nº 6.767 de 20 de dezembro de 1979. Entre janeiro e maio de 1980 seis novos partidos políticos foram organizados: PDS (Partido Democrático Social) foi o sucessor da extinta ARENA, PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro) sucedeu o extinto MDB, PP (Partido Popular), PT (Partido dos Trabalhadores), PTB (Partido Trabalhista Brasileiro) e o PDT (Partido Democrático Trabalhista).

Nesse sentido vários dos políticos foram cassados “no Congresso, cinquenta parlamentares tiveram o mandato cassado. Dos quarenta deputados que perderam o mandato em uma primeira lista, o PTB vinha na frente, com dezoito deputados; nenhuma cassação a UDN” (FAUSTO, 2019).

Nesse período de vai desde a posse no dia 12 de setembro de 1966 do General Walter Peracchi de Barcelos até 15 de março de 1983, quando o último governador indicado pelo Governo Federal e aceito pela Assembleia Legislativa José Augusto Amaral Souza entrega o cargo para o seu sucessor, eleito pela via direta, em 15 de novembro de 1982, Jair de Oliveira Soares do Partido Social Democrata, é marcado por eleições indiretas, “o Governo impôs a

ferro e fogo suas escolhas políticas para os governos estaduais” (VILLA, 2014) ao cargo máximo do executivo estadual, somando dezessete anos sem eleições diretas ao cargo de governador.

O quadro abaixo apresenta o ano em que cada um dos cargos majoritários deixou de ser eleitos diretamente. Na segunda coluna aparece o ano no qual foram realizadas as primeiras eleições diretas para esses cargos.

<b>Cargo</b>	<b>Ano da suspensão Das eleições</b>	<b>Ano da primeira Eleição direta</b>
<b>Presidente e vice-presidente</b>	1965	1989
<b>Governador e vice-governador</b>	1966	1982
<b>Prefeito e vice-prefeito e Prefeitos de capital</b>	1966	1985
<b>Senador</b>	1977	1986

Fonte: NICOLAU, 2004, p. 57

A 24 de março de 1966, após cumprirem os preceitos legais, foram oficializados os dois partidos políticos: ARENA e MDB (VILLA, 2014, p.83). A ARENA agregava os parlamentares da situação, enquanto o MDB agregava a oposição. O MDB conseguiu ter a maioria no recrutamento de parlamentares de apenas três partidos: PTB, PSB e MTR, nesse sentido os partidos oposicionistas foram bastante prejudicados devido as cassações (SMHMITT, 2005), ficando evidenciado esse desequilíbrio em favor da ARENA, na Câmara dos Deputados contava com aproximadamente 3/5 e no Senado Federal 2/3.

A virada dos anos 1980 para os anos 1990 foi marcada pela primeira eleição direta para presidente da República no pós-ditadura, cujos resultados vão precipitar a sociedade brasileira intensos processos de mudanças com efeitos políticos e econômicos (SANTANA, 2003, p. 299), período esse também abordado no presente trabalho finalizando até 2018.

## **2.2 As eleições de 1966 no Rio Grande do Sul**

Apesar de querer demonstrar que as eleições indiretas fossem de uma forma democrática, Marco Antonio Villa traz uma particularidade do regime civil-militar e de sua manipulação mascarada aos olhos da população:

Dos estados onde ocorreria eleição em outubro (1966), somente no Rio Grande do Sul a Arena encontrava dificuldade em viabilizar o seu candidato. Uma fração do partido governista se aliou ao MDB para apoiar o jurista Cirne Lima, que, dessa forma, ficava com a maioria na Assembleia. Para Castello, era inaceitável um governo nas mãos do MDB, mais ainda do Rio Grande do Sul, onde estavam localizadas muitas bases do Exército. A solução encontrada foi cassar quatro deputados do MDB e três da ARENA. Dessa forma, o candidato oficial (Peracchi Barcelos) passou a ter a maioria (2014, p. 87).

Tomou posse no dia 12 de setembro de 1966 a 15 de março de 1971, como Governador do Estado o General Walter Peracchi de Barcelos, ex-Ministro do Trabalho e Previdência Social do Governo Castelo Branco (1964-1967). A indicação de Peracchi foi feita pelo Governo Federal e aceita pela Assembleia Legislativa, então denominada por parlamentares da situação, em razão da leva de cassações de políticos opositores ao regime (DAMIAN, 2010, p. 138).

Em 15 de novembro de 1966, foram realizadas as eleições para o Congresso Nacional e as Assembleias estaduais. O MDB elegeu somente quatro senadores, a ARENA, dezoito senadores (VILLA, 2014, p. 93). Na Câmara Federal a ARENA teve uma vitória esmagadora: elegeu 277 deputados e o MDB, apenas 132 (tabela 22). Nos estados, a ARENA elegeu 731 deputados e o MDB, 345 (VILLA, 2014, p. 93), porém em três estados o partido oposicionista obteve maioria no Rio Grande do Sul MDB 15 representantes e ARENA 14 representantes (tabela 23), Guanabara e Rio de Janeiro.

No pleito para deputado federal notamos conforme a tabela 16 que o MDB tinha bastante força perante o partido da situação do Executivo Federal elegendo como representante o profissional liberal Vitor Loureiro Issler, que apesar de conseguir apenas 10% dos votos no município em comparação ao seu adversário o advogado Daniel Dipp, conseguiu mais de 50% no cômputo geral a nível estadual, sendo reeleito pela quarta vez consecutiva ao legislativo federal.

**Tabela 16:** Eleição para Deputado Federal de Passo Fundo em 15 de novembro de 1966

Nome	Legenda	Votos em Passo Fundo	Votos no Rio G. do Sul	Situação
Vitor Loureiro Issler	MDB	644	21.307	Eleito
Daniel Dipp	MDB	6.646	9.477	

Fonte: DAMIAN, 2010, p. 149.

Em 1966 o Rio Grande do Sul contava com vinte e nove cadeiras na Câmara Federal tendo um equilíbrio aqui no estado com o MDB sendo representado por quinze políticos e a ARENA com quatorze vagas.



### 2.3 As eleições em 1970 no Rio Grande do Sul

Foi indicado pelo Governo Federal, o caxiense Euclides Triches (ARENA) e com o respaldo da Assembleia Legislativa, tomou posse como Governador do Rio Grande do Sul em 15 de março de 1971 com término do mandato em 15 de março de 1975 (DAMIAN, 2010, p. 138).

Nas eleições de 15 de novembro de 1970, teve a participação de 30 milhões de eleitores, a ARENA obteve uma grande vitória (VILLA, 2014, p. 179). O autor ainda complementa que o MDB acabou sendo prejudicado pelos votos em branco, em alguns estados, como no Rio Grande do Sul, a ARENA elegeu dois senadores (Daniel Krieger e Tarso Dutra) devido à avalanche dos votos em branco – os antigos petebistas conclamaram o boicote aos candidatos do MDB.

Apesar da ARENA, representada pelo candidato Anildo José Sarturi (ARENA) ter uma preferência bem maior em comparação ao primeiro colocado da Vitor Loureiro Issler (MDB) no município, a nível estadual a diferença era 3/1 assim pela quinta vez era eleito deputado federal o representante do MDB.

**Tabela 17:** Eleição para Deputado Federal de Passo Fundo em 15 de novembro de 1970

Nome	Legenda	Votos em Passo Fundo	Votos no Rio G. do Sul	Situação
Vitor Loureiro Issler	MDB	1.487	34.313	Eleito
Anildo José Sarturi	ARENA	5.798	10.853	
Daniel Dipp	MDB	5.361	8.767	

Fonte: DAMIAN, 2010, p. 150.

Em 1970 estava sendo disputada vinte e seis posições de representantes na Câmara Federal pelo Rio Grande do Sul a ARENA conseguiu eleger quatorze deputados federais e o MDB elegeu doze representantes.

### 2.4 As eleições de 1974 no Rio Grande do Sul

Em abril de 1974, o regime militar completava dez anos com poucas ameaças no horizonte. Um simulacro de democracia era mantido, com eleições diretas apenas para deputados, senadores, vereadores e parte dos prefeitos (SENADO FEDERAL). Ainda na matéria disponibilizada no site do Senado Federal do Jornal O Estado de São Paulo de 17 de

novembro de 1974, dois dias após as eleições, vincula que “O ano de 74 terminaria, porém, em desastre para o governo. Nas eleições de 15 de novembro, o MDB (Movimento Democrático Brasileiro), partido da ‘oposição consentida’, se recupera espetacularmente, elegendo 16 senadores, das 22 vagas em disputa; e por pouco não obtém a maioria da Câmara, tendo conquistado 161 das 364 cadeiras (tabela 22), ou 44%”.

A particularidade a partir de 1974 foi possibilidade das propaganda política por rádio e televisão, uma certa liberdade consentida, “com acesso dos partidos ao rádio e à televisão, esperava-se um triunfo maior da ARENA, que seria realçado pelo fato de o MDB ter sido autorizado a expressar-se” (FAUSTO, 2019, p. 418), assim o MDB usou desse artifício para criticar o governo durante a campanha parlamentar.

Após o resultado de 15 de novembro, o governo teve de reaprender a fazer política. Os tempos de Médici – quando o Congresso só chancelava as decisões do Executivo – ficaram para trás. E o terreno da política nunca foi o preferido do regime (VILLA, 2014, p. 224-225).

Governou o Rio Grande do Sul de 15 de março de 1975 a 15 de março de 1979 o ex-militante da UDN e filiado à ARENA Sinval Sebastião Duarte Guazzelli (DAMIAN, 2010, p. 138).

No pleito para deputado federal finalmente a ARENA elege um representante em Passo Fundo, passados os dez anos de regime civil-militar o advogado e agropecuarista Justiniano Augusto de Araújo Trein<sup>17</sup> sendo eleito com 31.417 votos no Rio Grande do Sul e 8.762 votos em Passo Fundo (tabela 18).

**Tabela 18:** Eleição para Deputado Federal de Passo Fundo em 15 de novembro de 1974

Nome	Legenda	Votos em Passo Fundo	Votos no Rio G. do Sul	Situação
Justiniano Augusto de Araújo Trein	ARENA	8.762	31.417	Eleito

Fonte: DAMIAN, 2010, p. 150.

Em 1974 seriam efetivados nas eleições trinta e dois candidatos, o MDB começa a mostrar força no Estado e elege dezenove representantes contra treze da ARENA.

<sup>17</sup> Foi vereador em Passo Fundo de 1956 a 1964, ocupando, nesse período, a presidência da Câmara Municipal. Disputou o pleito de novembro de 1970, sendo eleito deputado estadual no Rio Grande do Sul na legenda da Aliança Renovadora Nacional (Arena), partido de sustentação do regime militar instaurado no país em abril de 1964. Na Assembleia exerceu as funções de vice-líder da bancada de seu partido entre 1971 e 1972. Foi também membro da Comissão de Constituição e Justiça, presidente da comissão parlamentar de inquérito (CPI) que estudou problemas do meio ambiente ocasionados pela Indústria de Celulose Borregard e presidente das comissões especiais sobre os problemas da triticultura e a viabilidade econômica da ferrovia 435 (CPDOC/FGV).

## 2.5 As eleições de 1978 no Rio Grande do Sul

Em novembro de 1978, nas eleições, a ARENA elegeu mais representantes para o Congresso do que o MDB, mas no total de votos dos senadores eleitos diretamente, o MDB venceu a ARENA: foram 17,4 milhões contra 13,1 milhões (VILLA, 2014, p. 258), “recebendo 83% dos votos em São Paulo, 63% no Estado do Rio de Janeiro e 62 % no Rio Grande do Sul” (FAUSTO, 2019, p. 421).

A ARENA continuou majoritária na Câmara Federal, conquistando 231 cadeiras contra 189 do MDB (tabela 22). Manteve a concentração de votos no Estados mais desenvolvidos e nas grandes cidades.

Nas eleições para deputado federal é eleito o passofundenses Justiniano Augusto de Araújo Trein (ARENA), que apesar do equilíbrio de votos no município com 11.972 contra 12.137 de seu concorrente pelo MDB Ernesto Félix Scortegagna, na soma dos votos no Rio Grande do Sul, ganhou com uma larga vantagem, totalizando 49.360 contra 20.360 votos (tabela 19), sendo reeleito pelo segundo ano consecutivo.

**Tabela 19:** Eleição para Deputado Federal de Passo Fundo em 15 de novembro de 1978

Nome	Legenda	Votos em Passo Fundo	Votos no Rio G. do Sul	Situação
Justiniano Augusto de Araújo Trein	ARENA	11.972	49.360	Eleito
Ernesto Félix Scortegagna	MDB	12.137	20.360	

Fonte: DAMIAN, 2010, p. 150.

Nas eleições de 1978 seriam trinta e duas cadeiras à Câmara Federal o MDB egeria dezoito deputados contra quatorze da ARENA, marcando o último enfrentamento do bipartidarismo. Em março de 1979 Augusto Trein se licenciou da Câmara dos Deputados para exercer o cargo de Secretário do Trabalho e Ação Social do Rio Grande do Sul, sendo substituído pelo suplente Telmo Kirst. Reassumiu sua cadeira na Câmara em maio de 1982.

## 2.6 As eleições de 1982 no Rio Grande do Sul

Esse novo capítulo da história política do Brasil é balizado pela Lei nº 6.767 de 20 de dezembro de 1979, “estava aberto o caminho para a reorganização partidária e o fim do bipartidarismo, imposto em 1965” (VILLA, 2014, p. 273). A lei extinguiu o MDB e a ARENA, obrigando as novas organizações partidárias a serem criadas a conter em seu nome a

palavra “partido”, logo ARENA transformou-se no Partido Democrático Social (PDS), o MDB agregando a obrigatoriedade imposta passou a chamar-se Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) conforme Fausto (2019, p. 431).

Entre janeiro e maio de 1980 seis novos partidos políticos foram organizados, além dos dois acima citados, surgiram também o Partido Popular (PP) reunindo dissidentes da ARENA e do MDB, Tancredo Neves e Magalhães Pinto como fundador; O Partido dos Trabalhadores (PT) surgido do sindicalismo paulista nos anos 70; O antigo trabalhismo varguista foi reivindicado por duas agremiações, sendo sido efetivado pelo TSE a nova legenda no Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) liderado por Ivete Vargas, já o grupo reformista, sob liderança de Leonel Brizola acabou fundando o Partido Democrático Trabalhista (PDT) (SCHMITT, 2005, p. 48-49).

Nessa configuração no mês de novembro de 1982 acabou marcado pelas eleições. O PDS, sucessor da extinta ARENA, venceu as eleições em 12 governos estaduais, a oposição venceu em 10 estados, sendo 9 com o PMDB. O PDS manteve a maioria no Congresso Nacional. Houve uma surpresa no Rio Grande do Sul, onde o candidato Jair Soares do PDS acabou vitorioso por uma margem pequena de votos (tabela 21).

Já as eleições para deputado federal não houve grandes surpresas no eleitorado de Passo Fundo, pois foi eleito pelo terceiro mandato consecutivo o candidato da PDS Justiniano Augusto de Araújo Trein, com o dobro de votos no município perante o segundo colocado Ernesto Félix Scortegagna, e cinco vezes mais na preferência estadual comparado ao concorrente totalizando 66.876 contra 13.451 votos.

**Tabela 20:** Eleição para Deputado Federal de Passo Fundo em 15 de novembro de 1982

Nome	Legenda	Votos em Passo Fundo	Votos no Rio G. do Sul	Situação
Justiniano Augusto de Araújo Trein	PDS	14.747	66.876	Eleito
Ernesto Félix Scortegagna	PDT	7.918	13.451	

Fonte: DAMIAN, 2010, p. 151.

Já com a disputa do pluripartidarismo e com trinta e duas vagas de cadeiras à Câmara Federal para o Rio Grande do Sul o PDS acabou conquistando treze vagas, o PMDB ficou com doze vagas e o PDT com sete vagas.

Nas eleições de governador, as oposições conseguiram algumas vitórias expressiva. O PDS perdeu em Estados importantes como: São Paulo, Minas Gerais e Paraná. Por sua parte,

trionfou na maioria dos Estados, e superou seus adversários em Pernambuco e Rio Grande do Sul (FAUSTO, 2019, p. 433). Na tabela 21 podemos observar que a disputa ao Executivo Estadual foi bem disputada e por uma diferença de 22.643 votos o candidato do PDS vence o pleito.

**Tabela 21:** Eleição para Governador no Rio Grande do Sul em 15 de novembro de 1982

Nome	Legenda	Votos em Passo Fundo	Votos no Rio G. do Sul	Situação
Jair de Oliveira Soares	PDS	19.164	1.294.962	Eleito
Pedro Jorge Simon	PMDB	15.746	1.272.319	
Alceu de Deus Collares	PDT	13.727	775.546	
Olívio de Oliveira Dutra	PT	961	50.713	

Fonte: DAMIAN, 2010, p. 139.

## 2.7 O perfil dos deputados federais de Passo Fundo na Ditadura Militar (1964-1985)

No Rio Grande do Sul havia um certo equilíbrio de forças quanto aos representantes do legislativo nos anos de 1966 e 1970 quanto da ARENA, quanto do MDB, somente em 1974 e 1978 podemos observar uma representação um pouco maior do MDB em relação a ARENA, conforme tabela 22.

**Tabela 22:** deputados federais eleitos por partido de 1964 a 1985 no Rio Grande do Sul

Partido	1966	1970	1974	1978	1982	Total
<b>ARENA</b>	14	14	13	14	-	55
<b>MDB</b>	15	12	19	18	-	64
<b>PDS</b>	-	-	-	-	13	13
<b>PDT</b>	-	-	-	-	7	7
<b>PMDB</b>	-	-	-	-	12	12
<b>PT</b>	-	-	-	-	-	0
<b>PFL</b>	-	-	-	-	-	0
<b>Total</b>	29	26	32	32	32	

Fonte: TRE/RS

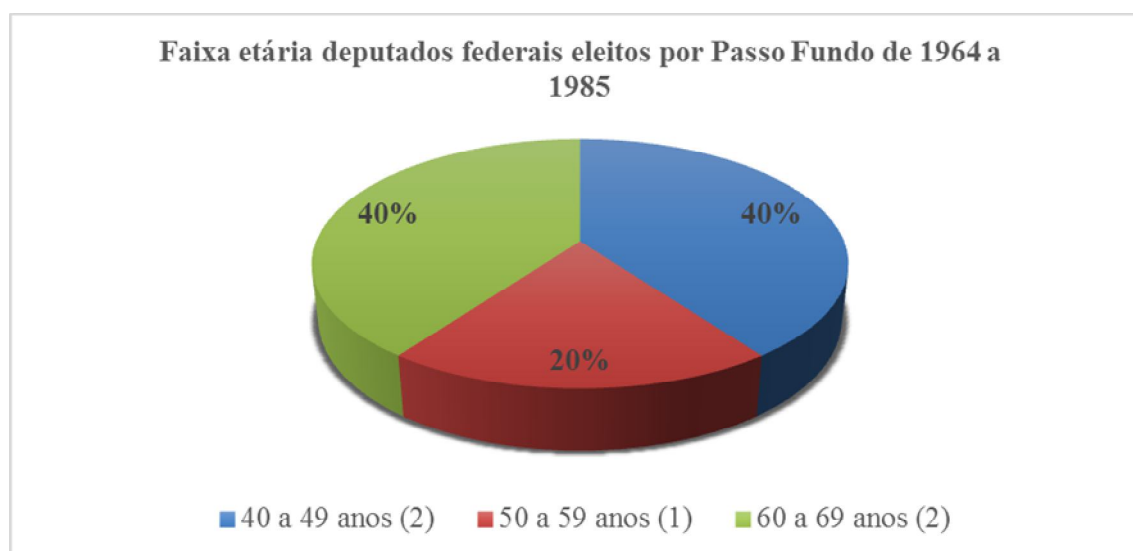
Ao analisar os perfis dos deputados federais eleitos de Passo Fundo no período de 1964 a 1985 convém destacar que no período foram realizadas cinco eleições, e tivemos apenas dois representantes: Vitor Loureiro Issler (MDB) em 1966 e reeleito em 1970, e Justiniano Augusto de Araújo Trein nos pleitos de 1974 (ARENA), 1978 e 1982 (PDS).

**Tabela 23:** deputados federais de Passo Fundo eleitos de 1964 a 1985

Ano	Legislatura	Nome	Partido	Idade na eleição	Profissão	Formação Superior	Local de Nascimento
1966	1967-1970	Vitor Loureiro Issler	MDB	65	Profissional liberal	S/I	Passo Fundo
1970	1971-1974	Vitor Loureiro Issler	MDB	69	Profissional liberal	S/I	Passo Fundo
1974	1975-1978	Justiniano Augusto de Araújo Trein	ARENA	44	Advogado e Agropecuarista	Direito	Passo Fundo
1978	1979-1982	Justiniano Augusto de Araújo Trein	PDS	48	Advogado e Agropecuarista	Direito	Passo Fundo
1982	1983-1986	Justiniano Augusto de Araújo Trein	PDS	52	Advogado e Agropecuarista	Direito	Passo Fundo

**Fonte:** Tabela elaborada pelo autor a partir dos dados obtidos do CPDOC/FGV – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea/Fundação Getúlio Vargas

Com relação a idade dos perfis analisados podemos observar um equilíbrio nas faixas de 40 a 49 anos e 60 a 69 anos, ambos com 40%, sendo que são dois diferentes políticos que se enquadra em cada uma dessa situação, e na faixa de 50 a 59 anos apenas 20%. Logo conclui-se que os representantes à Câmara Federal são políticos que já tem uma certa bagagem na vida política e um certo carisma do povo passo-fundense, visto que ambos foram reeleitos.

**Gráfico 3:** Faixa etária deputados federais eleitos por Passo Fundo de 1964 a 1985

**Fonte:** Gráfico elaborado pelo autor a partir dos dados obtidos do CPDOC/FGV – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea/Fundação Getúlio Vargas.

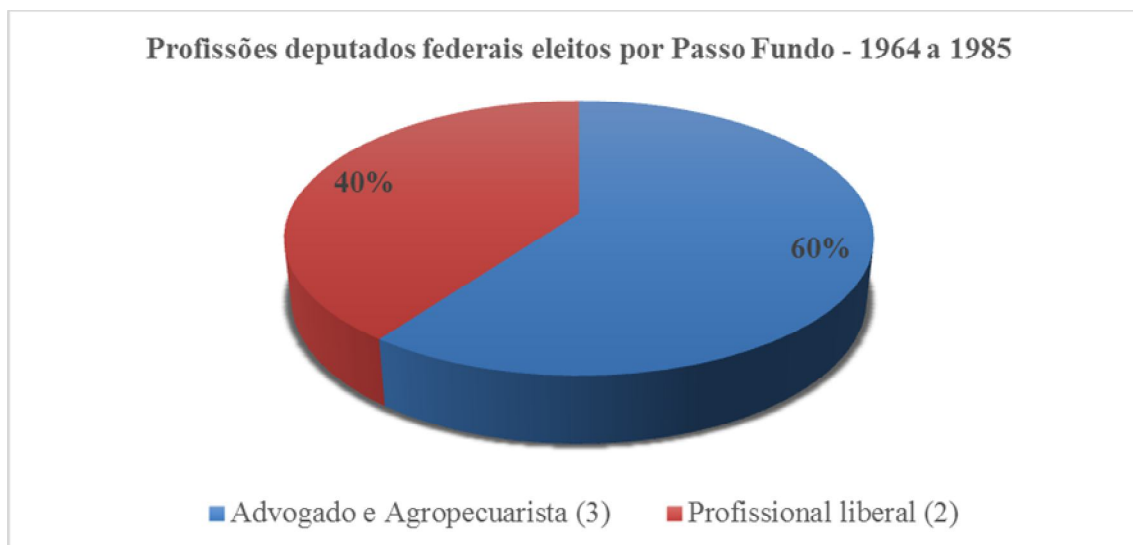
**Tabela 24:** Faixa etária por partido, deputados federais eleitos por Passo Fundo (1964-1985)

Partido/Faixa	40-49 anos	50-59 anos	60-69 anos
ARENA	1	-	-
MDB	-	-	2
PDS	1	1	-

Fonte: Gráfico elaborado pelo autor a partir dos dados obtidos do CPDOC/FGV – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea/Fundação Getúlio Vargas.

Observamos que o MDB contava com a experiência e longevidade de Vitor Loureiro Issler na faixa de 60 a 69 anos nos pleitos de 1966 e 1970. Já o MDB, depois PDS contava com a emergente carreira política de Justiniano Augusto de Araújo Trein sendo eleito aos 44 anos em 1974 à Câmara Federal e sendo reeleito nos pleitos de 1978 e 1982 aparecendo assim na faixa etária dos 40 a 49 anos e dos 50 a 59 anos.

Com relação às profissões observamos a preferência do único representante de 1974 a 1982, advogado e agropecuarista, Justiniano Trein, correspondendo a 60% e sobrando os 40% ao profissional liberal Vitor Issler nos períodos de 1966 e 1970.

**Gráfico 4:** Profissão dos deputados federais eleitos por Passo Fundo de 1964 a 1985

Fonte: Gráfico elaborado pelo autor a partir dos dados obtidos do CPDOC/FGV – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea/Fundação Getúlio Vargas.

Com relação a profissão por partidos no período em análise, vemos que se restringe aos dois políticos do período, e que PSD e ARENA corresponde a mesma pessoa,

representado pelo advogado e agropecuarista Justiniano Trein<sup>18</sup>, já o profissional liberal listado corresponde ao MDB, na pessoa do Vitor Issler<sup>19</sup> tendo o legislativo como personificado em sua pessoa pois já fora eleito em 1954, 1958 e 1962.

**Tabela 25:** Profissão por partidos deputados federais eleitos por Passo Fundo – 1964 a 1985

<b>Profissão</b>	<b>Partido</b>	<b>Partido</b>	<b>%</b>
Advogado e Agropecuarista (3):	PSD (2)	ARENA (1)	60%
Profissional liberal (2)	-	MDB (2)	40%

Fonte: Gráfico elaborado pelo autor a partir dos dados obtidos do CPDOC/FGV – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea/Fundação Getúlio Vargas.

## 2.8 Conclusão do capítulo

Ao longo desse capítulo foi possível perceber que, os políticos que ocuparam a cadeira do legislativo federal tem uma certa experiência na vida pública, pois foram reeleitos como no caso de Vitor Loureiro Issler, onde o mesmo já se aventurara na política em 1950 no cargo de deputado estadual pelo PTB, quando teve a suplência, o que lhe permitiu tomar assento na Câmara entre julho e dezembro de 1952. No pleito de outubro de 1954 conseguiu eleger-se deputado federal por seu estado, sempre na legenda do PTB, iniciando seu mandato em fevereiro do ano seguinte. Reelegeu-se no pleito de outubro de 1958, interrompeu seu mandato de maio de 1960 a abril do ano seguinte para exercer as funções de secretário da Fazenda do Rio Grande do Sul, no governo de Leonel Brizola.

Já Justiniano Augusto de Araújo Trein sua larga vida política também foi um balizador para inúmeras eleições no cargo de deputado federal, pois foi vereador em Passo Fundo de 1956 a 1964, ocupando, nesse período, a presidência da Câmara Municipal, onde concorreu e foi eleito nas eleições de 1974, 1978 e 1982.

<sup>18</sup> Com 70 anos dedicados à produção de milho, Trein começou aos 18 anos de idade e somente se afastou um pouco, mas não totalmente, quando foi deputado Estadual e Federal. Advogado e agropecuarista, foi vereador em Passo Fundo de 1956 a 1964, ocupando, nesse período, a presidência da Câmara Municipal. Disputou o pleito de novembro de 1970, sendo eleito deputado estadual no Rio Grande do Sul na legenda da Aliança Renovadora Nacional (Arena), partido de sustentação do regime militar instaurado no país em abril de 1964. Com a extinção do bipartidarismo em 29 de novembro de 1979 e a consequente reformulação partidária, filiou-se ao Partido Democrático Social (PDS), agremiação que sucedeu à Arena (CPDOC/FGV).

<sup>19</sup> Fez o curso de humanidades no Ginásio Anchieta, em Porto Alegre, dedicando-se posteriormente ao comércio, à agricultura e à indústria. com a extinção dos partidos políticos pelo Ato Institucional nº 2 (27/10/1965) e a posterior instauração do bipartidarismo, filiou-se ao Movimento Democrático Brasileiro (MDB), partido de oposição ao regime militar instalado no país em abril do ano anterior, e em cuja legenda reelegeu-se novamente nos pleitos de novembro de 1966 e de 1970 (CPDOC/FGV).



Nesse sentido a idade é uma característica marcante quanto ao sentido de experiência propriamente dita na condição de ser eleito ao cargo de deputado federal no período analisado, onde percebe-se que a média dos líderes políticos ficou em 55,6, nesse caso os mais experientes políticos eram o parâmetro e a preferência do eleitorado passo-fundense, conforme conta na tabela 26.

**Tabela 26:** média de idade por legislatura do período 1964 a 1985

<b>Legislatura</b>	<b>1967</b>	<b>1971</b>	<b>1975</b>	<b>1979</b>	<b>1983</b>	<b>Total</b>	<b>Média</b>
<b>Média</b>	65	69	44	48	52	278	55,6

Fonte: Gráfico elaborado pelo autor a partir dos dados obtidos do CPDOC/FGV – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea/Fundação Getúlio Vargas.

Com relação às ocupações profissionais (tabela 27), destaca-se a ocupação de profissional liberal, aparecendo em cinco ocasiões no período analisado, porém cabe observar que se refere ao mesmo político, Vitor Loureiro Issler, ocupando o cargo no legislativo federal por cinco ocasiões. Já a ocupação de advogado aparece em três ocasiões juntamente com a de advogado e agropecuarista, Médico aparece em duas legislaturas.

**Tabela 27:** profissão por partidos deputados federais eleitos por Passo Fundo 1964-1985

<b>Profissão</b>	<b>Partido</b>	<b>Partido</b>	<b>%</b>
Advogado e Agropecuarista (3):	PSD (2)	ARENA (1)	60%
Profissional liberal (2)	:	MDB (2)	40%

Fonte: Gráfico elaborado pelo autor a partir dos dados obtidos do CPDOC/FGV – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea/Fundação Getúlio Vargas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa teve como objetivo principal observar as principais características da elite política, dos deputados federais eleitos de Passo Fundo. Através do método prosopográfico, fez-se o levantamento dos dados obtidos pelos principais atores da política local, buscando comprovar qual o perfil sócioeconômico desses parlamentares, de que a elite política passofundense era composta, predominantemente, por homens, profissionais liberais e políticos profissionais, visto que muitos foram reeleitos e mais de uma ocasião, oriundos das classes média e alta.

Nesse sentido, podemos concluir que sem dúvidas que os representantes do legislativo federal eleitos pelos passofundenses são políticos que pertencem a uma elite privilegiada, pois todos os listados, são pessoas que já vem de uma família com um certo poder aquisitivo, onde tem condições de estudarem um curso superior e seguir em uma profissão paralelamente à vida política.

**Tabela 28:** profissões por legislatura do período 1945 a 1985

<b>Profissão/Ano</b>	<b>1946</b>	<b>1951</b>	<b>1955</b>	<b>1959</b>	<b>1963</b>	<b>1967</b>	<b>1971</b>	<b>1975</b>	<b>1979</b>	<b>1983</b>	<b>Total</b>
<b>Advogado</b>	1	-	1	1	-	-	-	-	-	-	3
<b>Médico</b>	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-	2
<b>Profissional liberal</b>	-	-	1	1	1	1	1	-	-	-	5
<b>Advogado e Agropecuarista</b>	-	-	-	-	-	-	-	1	1	1	3

Fonte: Gráfico elaborado pelo autor a partir dos dados obtidos do CPDOC/FGV – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea/Fundação Getúlio Vargas.

Com relação aos políticos que foram eleitos à Câmara Federal por Passo Fundo, no período de 1945 a 1985, como representantes do povo, tendo como principal atribuição de legislar e fiscalizar, temos as principais características a seguir:

**Tabela 29:** perfil dos deputados federais analisados no período de 1945-1985

<b>Legislatura</b>	<b>Nome</b>	<b>Idade</b>	<b>Profissão</b>	<b>Naturalidade</b>
1946-1950	Antonio Bittencourt de Azambuja	55	Advogado	Encruzilhada/RS
	Nicolau Araújo Vergueiro	63	Médico	Passo Fundo
1951-1954	César José dos Santos	46	Médico	Soledade/RS
1955-1958	Vitor Loureiro Issler	53	Profissional liberal	Passo Fundo
	Daniel Dipp	40	Advogado	Passo Fundo
1959-1962	Vitor Loureiro Issler	57	Profissional liberal	Passo Fundo
	Daniel Dipp	44	Advogado	Passo Fundo
1963-1966	Victor Loureiro Issler	61	Profissional liberal	Passo Fundo
1967-1970	Victor Loureiro Issler	65	Profissional liberal	Passo Fundo
1971-1974	Victor Loureiro Issler	69	Profissional liberal	Passo Fundo
1975-1978	Justiniano Augusto de Araújo Trein	44	Advogado e Agropecuarista	Passo Fundo
1979-1982	Justiniano Augusto de Araújo Trein	48	Advogado e Agropecuarista	Passo Fundo
1983-1986	Justiniano Augusto de Araújo Trein	52	Advogado e Agropecuarista	Passo Fundo

Fonte: Gráfico elaborado pelo autor a partir dos dados obtidos do CPDOC/FGV – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea/Fundação Getúlio Vargas.

É importante observar um desequilíbrio dos partidos por um certo período, onde nos oito primeiros anos tivemos o protagonismo do PSD, pós-1950 a 1962 podemos observar a predominância do PTB, somando doze anos, que conseguiu ter dois representantes nas legislaturas de 1955 e 1959, porém levando em conta o bipartidarismo a partir de 1963, que quando alguns integrantes do PTB migraram para o MDB, no caso o deputado Vitor Loureiro Issler, há uma disparidade de forças políticas elevando para um período de dezoito anos a mesma ideologia partidária de uma elite local no poder.

Somente a partir da legislatura de 1975 é quebrado essa continuidade do legislativo federal, com o advogado e agropecuarista Justiniano Augusto de Araújo Trein (ARENA) e nas legislações seguintes sendo reeleito em 1978 e 1982 pelo Partido Democrático Social.

Um dado que chama a atenção é que no período abordado da pesquisa, 1945-1985, são quarenta anos, sendo dez os períodos de legislaturas à Câmara Federal, e treze cadeiras foram ocupadas, porém somente seis representantes se mantiveram no poder.

Com relação à naturalidade dos políticos, posso afirmar que tanto Antonio Bittencourt de Azambuja quanto César José dos Santos, ao residirem na cidade a trabalho, acabaram sendo uma referência à comunidade, foram muito bem aceitos, tanto que o resultado pode ser vislumbrado pelos resultados eleitorais. A presença dos nascidos em Passo Fundo se perpetua a partir das eleições de 1955. As mudanças de conjuntura política não são necessariamente determinantes para alterações nesta característica.

Quanto às profissões exercidas pelos componentes da elite local, merece destaque às profissões jurídicas, pois aparece em seis ocasiões das treze possíveis, logo aparece o profissional liberal em cinco mandatos legislativos, sendo três vezes junto com a de agropecuarista no caso de Justiniano Augusto de Araújo Trein que exercia os dois ofícios. O profissional médico aparece em duas ocasiões. Nesse sentido, essa elite política da Câmara Federal eleita em Passo Fundo, eram pessoas que tinham um conhecimento acadêmico, e fica bastante evidente a formação em nível superior.

Entre 1945 e 1964, dentre os cinco pleitos ao legislativo federal o PSD foi eleito somente em 1945, porém elegeu dois representantes, e em 1950, a partir de 1950 houve cinco representantes do PTB, e um representante do MDB em 1962, isso mostra uma certa hegemonia por um período em Passo Fundo de um partido político.

Nas cinco eleições ocorridas durante o governo autoritário e transição para democracia, duas foram vencidas pelo MDB, em 1966 e 1970, uma foi vencida pela ARENA, em 1974 e outras duas pelo PDS, em 1978 e 1982.

Assim, podemos observar que os representantes do legislativo federal eleitos por Passo Fundo, seguem um certo conservadorismo, não costuma-se quebrar paradigmas, a continuidade seja por comodismo, ou por insegurança segue um curso como se fosse normal o mesmo, ou talvez por falta de uma melhor opção de melhor representar o povo passo-fundense.

## REFERÊNCIAS

ARQUIVO HISTÓRICO REGIONAL. Memórias do AHR. Palavra dita é palavra empenhada. Disponível em: <https://www.upf.br/ahr/memorias-do-ahr/2010/palavra-dita-e-palavra-empenhada>. Acesso em: 22 Jul.2020.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Disponível em: <http://www.al.rs.gov.br/site/>. Acesso em 13 jul. 2020.

BARROS, José D' Assunção. *O campo da história: especialidades e abordagens*. 9ª. ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

BARROS, José D' Assunção. *História Política: o estudo historiográfico do poder, dos micropoderes, do discurso e do imaginário político*. Educere ET Educare, Cascavel, v. 4, n. 10, p. 147-162, jan-jun 2009.

BATISTELLA, Alessandro. A redemocratização de 1945 no Paraná e as eleições de 1945 e 1947. *Revista de História Regional*, Ponta Grossa, v. 20, n. 2, p. 436-459, 2015.

BENVEGNÚ, Sandra Mara. *Décadas de poder. O PTB e a ação política de César Santos na metrópole da Serra. 1945-1967*. Dissertação de mestrado defendida em Passo Fundo: 2006.

BERSTEIN, Serge. Os Partidos. In RÉMOND, René. *Por uma História Política*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003, p. 57-98, 2ª Ed.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/>. Acesso em: 13 jul. 2020.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. *Conheça a história da Assembleia Constituinte de 1823*. Agência Câmara de Notícias. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/546341-conheca-a-historia-da-assembleia-constituente-de-1823/>. Acesso em: 13 Jul. 2020.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. A construção do congresso nacional. Agência Câmara de Notícias. Disponível em: <https://plenarinho.leg.br/index.php/2017/01/a-historia-da-construcao/#:~:text=O%20Pal%C3%A1cio%20do%20Congresso%20Nacional,da%20nova%20capital%2C%20ficou%20entusiasmado>. Acesso em: 14 Jul. 2020.

CÁNEPA, Mercedes Maria Loguercio. Partidos e representação política: a articulação dos níveis estadual e nacional no Rio Grande do Sul (1945-1965). Porto Alegre: UFRGS, 2005.  
CASALECCHI, José Ênio. *O Brasil de 1945 ao Golpe Militar*. 2ª. ed. São Paulo: Contexto, 2016.

CPDOC/FGV – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. Escola de Ciências Sociais da Fundação Getúlio Vargas. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo>. Acesso em: 22 Jul. 2020.

COELHO, André. A política e seus vários significados: algumas notas introdutórias. In: BATISTA, Cristiane; MUÑOZ, Enara Echart (Orgs.). *Teoria e prática da política*. Curitiba: Appris, 2017. p. 21-33.

DAMIAN, Marco Antônio. Eleições em Passo Fundo: dados históricos. Passo Fundo: Berthier, 2010.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. Partidos políticos e frentes parlamentares: projetos, desafios e conflitos na democracia. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Orgs.). *O Brasil republicano: o tempo da experiência democrática (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016, v. 3, p. 127-154.

DIAS, Marcia Ribeiro. Teoria política. In: BATISTA, Cristiane; MUÑOZ, Enara Echart (Orgs.). *Teoria e prática da política*. Curitiba: Appris, 2017. p. 35-53.

FABER, Marcos. *História dos partidos políticos no Brasil*. Disponível em: [http://historialivre.com/brasil/partidos\\_politicos.pdf](http://historialivre.com/brasil/partidos_politicos.pdf). Acesso em: 15 Jul. 2020.

FALCON, Francisco. História e poder. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 2011, p. 61-90.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. 14ª. ed. São Paulo: Editora da USP, 2019.

FERREIRA, Manoel Rodrigues. *A evolução do sistema eleitoral brasileiro*. Org.: Secretaria de documentação e informação do TSE. Brasília, 2001.

FERREIRA, Jorge. O governo Goulart e o golpe civil-militar de 1964. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Orgs.). *O Brasil republicano: o tempo da experiência democrática (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016, v. 3, p. 343-404.

FLACH, Ângela; CARDOSO, Claudira do Socorro Cirino. O sistema partidário: A redemocratização (1945-64). In: GOLIN, Tau; BOEIRA, Nelson. (Coords.); GERTZ, René (Org.). *República: da Revolução de 1930 à Ditadura Militar (1930-1985)*. Passo Fundo: Méritos, 2007, p. 59-82. v. 4. (coleção História Geral do Rio Grande do Sul).

HEINZ, Flavio M. *História social das elites*. São Leopoldo: Oikos, 2011.

HEINSFELD, Adelar. The day after: O congresso nacional no dia seguinte ao golpe de 1964. In: BATISTELLA, Alessandro (Org.). *O golpe civil-militar de 1964 no sul do Brasil*. Chapecó: Argos, 2014.

KNACK, Eduardo Roberto Jordão. Elite política de Passo Fundo/RS entre 1945-1964: do local ao regional. Revista eletrônica História em reflexão: Vol. 8, n. 15 – UFGD – Dourados, jan/jun – 2014. Disponível em: <http://ojs.ufgd.edu.br/index.php/historiaemreflexao/article/view/3351/1821>. Acesso em: 20 Jul. 2020.

LOTTERMANN, Luiz Alfredo Fernandes. *Quem é quem? A elite política passo-fundense (1945-1988)*. Dissertação Mestrado em História. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de Passo Fundo. IFCH/UPF. Passo Fundo, 2020.

MESGRAVIS, Laima. *História do Brasil colônia*. São Paulo: Contexto, 2017.

MEMORIAL DA DEMOCRACIA. Arena vence, mas MDB tem mais votos. 1978, 15 de novembro. Disponível em: <http://memorialdademocracia.com.br/card/arena-vence-mas-mdb-tem-mais-votos#card-194>. Acesso em: 21 Jul. 2020.

NICOLAU, Jairo. *Eleições no Brasil: do império aos dias atuais*. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

NICOLAU, Jairo. Partidos na República de 1946: velhas teses, novos dados. Instituto de Estudos Sociais e Políticos (IESP) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Rio de Janeiro: 2004. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0011-52582004000100003&lng=pt&tlng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582004000100003&lng=pt&tlng=pt). Acesso em: 20 Jul. 2020.

OAB/Passo Fundo/RS. Ordem dos Advogados do Brasil Subseção de Passo Fundo/RS. Histórico. Disponível em: <https://www.oabpf.com.br/institucional>. Acesso em: 22 Jul. 2020.

OLIVEIRA, Augusto Neftali Corte de. *Os sistemas partidários do Rio Grande do Sul: do Império a Nova República*. Revista Brasileira de Ciência Política. Brasília, nº 25, janeiro-abril 2018, p. 87-132.

PLANALTO.GOV.BR. *Ato Institucional Nº 2*, de 27 de outubro de 1965. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/AIT/ait-02-65.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-02-65.htm). Acesso em: 22 Jul. 2020.

RÉMOND, René. Uma história presente. In: RÉMOND, René (Org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: FGV, 2003b. p. 13-36.

SANTANA, Marco Aurélio. Trabalhadores em movimento: o sindicalismo brasileiro nos anos 1980-1990. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Orgs.). *O Brasil republicano: da ditadura militar, regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, v. 4, p. 283-313.

SCHILLING, Voltaire. *Brasil: 1954-1964 do suicídio de Vargas ao golpe militar*. Porto Alegre: Leitura XXI, 2013.

SCHMITT, Rogério. *Partidos políticos no Brasil (1945-2000)*. 3ª. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

STONE, Lawrence. Prosopografia. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, v. 19, n. 39, p. 115-137, junho de 2011. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S010444782011000200009&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010444782011000200009&lng=en&nrm=iso)>. acesso em 01 de julho de 2020.

SENADO FEDERAL. FARIA, Adriano; FONTENELLE, André. Especial: Senado 74, a eleição que abalou a ditadura. Agência Senado. Brasília, 14/11/2014. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2014/11/14/especial-senado-74-2013-a-eleicao-que-abalou-a-ditadura>. Acesso em: 21 Jul. 2020.

SOUZA, Maria do Carmo Campello de. *Estado e partidos políticos no Brasil (1930 a 1964)*. São Paulo: Alfa-Omega, 1990.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL do Rio Grande do Sul. Resultados das eleições. Disponível em: <http://www.tre-rs.jus.br/eleicoes/resultados-das-eleicoes>. Acesso em: 20 Jul. 2020.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. Lei Agamenon. Disponível em: <http://www.tse.jus.br/eleitor/glossario/termos/lei-agamenon>. Acesso em: 14 Jul.2020.

VILLA, Marco Antonio. *Ditadura à brasileira – 1964-1985: A democratização golpeada à esquerda e à direita*. Rio de Janeiro: Leya, 2014.

ZARDO, Murilo. O golpe de 1964 no Rio Grande do Sul: da conspiração à “Operação Farroupilha”. In: Alessandro Batistella (Org.). *O golpe civil-militar de 1964 no sul do Brasil*. Chapecó: Argos, 2010, p. 97-134.